



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 02 DE JUNHO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini e Nelson Buffara. (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o número 01/76, do Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, atendendo proposição do Sr. Deputado Ruy Codo, no qual sugere a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, para a defesa do consumidor. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 210/76, do Sr. Mácio Turek, Presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, no qual solicita dos Srs. Parlamentares o apoio ao Professor Admir Ramos, que virá à Curitiba ministrar Curso de Oratória, no mês em curso. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de pro-

fundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de ontem, dia 01, no Distrito de Guaraituba, Município de Colombo, do Sr. HÉLIO DALPRÁ.

Solicita, outrossim, seja dado ciência da decisão da Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à apreciação do Plenário a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. LELINA FORLIM, ocorrido dia 28 de maio p. passado, em função de lamentável acidente automobilístico, mercê da irresponsabilidade do condutor do veículo da Companhia Sade — Subsidiária da Eletrosul, que trafegava por estrada vicinal, na contra mão.

Solicito outrossim, que se dê conhecimento do voto ora proposto à família enlutada, à Câmara Municipal de Chopinzinho, onde seu esposo é um dos mais expressivos membros e a Eletrosul que é a Empresa-contratante da Companhia Sade.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserto na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, pelo lançamento do Programa Nacional de Sementes Florestais.

Requer, outrossim, que do fato seja dado conhecimento à Presidência e Delegacia Regional do Paraná do IBDF.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O IBDF vai lançar, ainda neste semestre, o Programa Nacional de Sementes Florestais, cujo objetivo é incentivar a produção de sementes em quantidade capaz de eliminar a necessidade da importação do produto.

Recente lançamento feito pelo Instituto em plantações da região Sul brasileira, revelou que pelo menos 60 por cento das árvores apresentam defeitos atribuídos à qualidade inferior das sementes. O estudo levou os técnicos à conclusão de que a deficiência do setor poderá causar graves danos à economia nacional especialmente ao programa nacional do papel, celulose e siderúrgico.

É justo que reconheçamos os esforços do Governo no sentido da preservação, fiscalização, incremento e aumento de produção e produtividade do meio rural através de crescente apoio, orientação e incentivo ao homem do campo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer manifestação do Plenário, para que seja enviado ao XVI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais a ser instalado, voto de congratulações e boas vindas ao Estado Paranaense, bem como, externando votos de feliz estadia entre nós durante a realização de tão importante conclave.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A importância do jornalista, na era da informática, é desnecessária ser evidenciada, tal é o grau de participação e vinculação com qualquer ramo das atividades humanas. Todavia e mais do que nunca, necessita o jornalismo do incondicional apoio e do integral empenho da classe política, como condição primeira para ser a classe dos jornalistas não apenas um aliado dos políticos, na defesa intransigente dos direitos e liberdades humanas, mas uma retaguarda intransponível de proteção aos princípios democráticos. Conquistando o Quarto Poder, a Imprensa, não apenas adquiriu direitos, mas passou a assumir uma gama infindável de responsabilidades quer na ação e mesmo omissão à sua tarefa, são a energia dinâmica e irradiante que fazem a imprensa funcionar. Jornalismo é criatividade. Jornalismo é ação, mas antes e acima de tudo, é liberdade sentida e vivida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. JAYME ARMANDO PRODÓCIMO, digníssimo Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que face ao Mandato de Segurança número 65.469, ganho pelo Estado, preste as seguintes informações:

- a) - Qual o procedimento que adotará a Secretaria de Estado das Finanças quando ao débito do Instituto Brasileiro do Café para com o Estado?
- b) - O montante destes débitos será distribuído aos municípios produtores de café?

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer se oficie ao Sr. Secretário dos Transportes e sua equipe, após ouvido o Plenário, os cumprimentos pela pronta e eficaz ação de restauração da precária estrada Ponta-Grossa - Curitiba, estragada, pelas últimas chuvas, e pelo grande volume de trânsito naquela rodovia.

Solicitamos os préstimos daquela Secretaria para a restauração da estrada e mesmo antes de chegar o nosso expediente oficialmente às mãos do Departamento de Conservação de Estradas atendiam à nossa solicitação verbal em nome dos paranaenses e brasileiros que utilizam essa estrada.

Uma vez mais, na medida do possível, tivemos uma demonstração de equilíbrio e discernimento da Direção daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Superintendente do INPS, Dr. Roberto Correia Alves, reconsiderando solicitação anterior no sentido de uma imediata providência na instalação de uma agência do mesmo na cidade de Toledo.

O presente apelo encontra ampla justificativa no fato de que o Município de Toledo atravessa acentuado surto de crescimento demográfico, exigindo sua população filiada ao referido organismo, um melhor e real atendimento.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Diretor do DETRAN, Dr. Ascânio Miró Medeiros, solicitando a instalação imediata de uma CIRETRAN na cidade de TOLEDO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista estar localizada em Cascavel, uma Ciretran, as distâncias tornam dificultosas e onerantes a locomoção dos interessados, bem como o acúmulo de serviço naquela unidade que atende toda uma vasta região, torna imperativo a instalação imediata de uma CIRETRAN em Toledo. Medida que com este acerto virá de encontro às necessidades das comunidades vizinhas.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante assina, no uso de suas atribuições regimentalmente, após ouvido o Plenário, requer seja enviado às Prefeituras e Câmaras Municipais de nosso Estado, na pessoa de seus representantes, fotocópias de todo o Projeto de Lei 163/75, de autoria deste Deputado, já aprovado por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976.

(a) HÉLIO MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

É necessário levar ao conhecimento de nossas autoridades municipais o Projeto de Lei 163/75, em que declarou de utilidade pública do Estado o Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, face ao grande amparo que veio trazer esta entidade de fins beneficentes em favor do nosso humilde e laborioso servidor municipal, até então desprotegido pela sorte.

O que nos ufana, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como autor do aludido Projeto, foi o acompanhamento de trinta e seis assinaturas dos Srs. Deputados nesse projeto, e também nos sentimos honrados e engrandecidos pelo grande e necessário benefício que veio trazer aos Servidores Municipais e Estaduais do Paraná.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, encaminho a V. Exa. a indicação dos Srs. Deputados para integrarem a Comissão Especial de estudos dos problemas do trânsito de nossa Capital.

Efetivos: EZEQUIAS LOSSO, ALFREDO GULIN e LUIZ ALBERTO OLIVEIRA. Como Suplentes: FUAD NACLI e GABRIEL MANOEL.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) IVO THOMAZONI — Líder da ARENA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para trazer ao conhecimento da Casa o violento furacão que se abateu sobre Francisco Alves, no dia 27 próximo passado.

A violência do furacão foi tão grande que chegou a matar o Sr. Honório Soares, que deixou viúva a Sra. Helena Soares e cinco filhos menores. Esse Sr. Honório Soares, bóia-fria, não tinha amparo em lei nenhuma.

Por essa razão, apresento e encaminho à Mesa, um requerimento solicitando uma pensão mensal de um salário mínimo à viúva e aos filhos menores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito, tenho certeza mesmo, que o Sr. Governador do Estado irá determinar às Secretarias de Educação e Cultura e de Agricultura para que se faça um levantamento dos prejuízos que aquele cataclismo causou à cidade de Francisco Alves. E providências sejam tomadas nesse sentido.

Pois que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após 72 horas da ocorrência do cataclismo, lá estive, e ainda se encontrava gelo nos córregos e nas baixadas. Mais de 50 casas foram arrasadas; a escola foi destruída; os cereais que lá se encontravam foram destruídos. O Sr. Leopoldo perdeu 40 sacas de semente de trigo, com 30 dias; além dele também sofreram grandes perdas os Srs. João Batista, Valdemar Daloski, Santos Paulino. Aproximadamente 50 casas foram destruídas.

Aquela população espera que S. Exa. o Sr. Governador do Estado mande um seu representante fazer um levantamento exato dos prejuízos ali verificados.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa projeto de lei que está vazado nos seguintes termos: (Lê):

“PROJETO DE LEI Nº 65/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal, na importância de um salário mínimo à Sra. Tereza Soares, viúva do Sr. Honório Soares, vítima do cataclismo que abateu sobre o município de Francisco Alves (Bairro Catarinense).

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA:

O Cataclismo que assolou a região de Francisco Alves (Bairro Catarinense), além de inúmeros prejuízos causou vítimas. Entre essas vítimas, se encontra o Sr. Honório Soares, que deixou esposa e 5 filhos menores no desamparo. Com o presente projeto de lei queremos amenizar o sofrimento daquela família que viu, se abater sobre si a desgraça na perda de seu chefe. Com isso recorreremos ao Poder Público, e com o apoio dos nobres Pares para a presente proposição”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, segundo orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos sabemos que o Campeonato Nacional de Futebol tem servido, nos últimos anos, como forma de total e plena integração das diferentes regiões de nosso País, e que no intercâmbio esportivo se tem possibilitado, através da imprensa que faz a cobertura desses acontecimentos esportivos, o conhecimento das diferentes potencialidades econômicas e sociais de regiões desconhecidas, de irmãos habitantes em extremos.

Visando colocar o Paraná no lugar de destaque que merece por sua pujança econômica e política também nesse setor, é que me atrevo, Sr. Presidente, a endereçar à Mesa o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado veemente apelo aos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República, General Ernesto Geisel; Ministro da Educação, General Ney Amintas de Barros Braga; Governador do Estado, Doutor Jayme Canet Júnior; Presidente do Conselho Nacional de Desportos, Brigadeiro Gerônimo Bastos; Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, Almirante Heleno de Barros Nunes; Supervisor da CBD, professor Almir de Almeida; Vice-Presidente da CBD — região Sul — Doutor Rubens Hoffmeister; Presidente da Caixa Econômica Federal, Doutor Karlos Richbieter; e Prefeito Municipal de Curitiba, Engenheiro Saul Raiz; no sentido de que o COLORADO ESPORTE CLUBE, desta Capital, seja incluído na disputa do Campeonato Nacional de Futebol.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(aa) Ivo Thomazoni — Quilse Crisóstomo, Leopoldo Jacomel, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho, Werner Wanderer, Paulo Camargo, Muggiati Filho, Luiz Roberto Soares, Gabriel Sampaio, Adalberto Daros, Enéas Faria, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Maurício Fruet, Nilso Sguarezi. — (Apoioamento).

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição justifica-se plenamente, considerando-se que:

I — A média de público, por partida, do Colorado em jogos do último Campeonato Estadual foi de 5.800 espectadores, perfazendo uma média de Cr\$ 120.000,00, a preços médios de ingressos a nível nacional.

II — Segundo dados oficiais da Federação Paranaense de Futebol, no mesmo período houve um acréscimo de público na ordem de 40 por cento, nos jogos em que o Colorado se fez presente, como finalista do Campeonato Paranaense de Futebol. Considerando que a média geral de público, por jogo, foi de 3.988 espectadores, houve, portanto, um aumento de 1.800 assistentes em jogos que o Colorado participou.

III — Comparativamente a outros Estados da Federação, pelos seus aspectos: demográfico, econômico etc., o Paraná, sem dúvida, tem condições e méritos suficientes para incluir também o Colorado Esporte Clube no Campeonato Nacional de Futebol, certame do qual já participou anteriormente com projeção, mantendo-se, desde então, na expectativa de voltar a integrar esta disputa de âmbito nacional, como grande clube, que é, de nosso Estado. Integrante do chamado “trio de ferro” de Curitiba, é consequentemente, grande carreador de rendas, através de sua expressiva massa torcedora. Saliente-se ainda, que mantém um plantel com despesa fixa mensal na ordem de Cr\$ 200.000,00, o que por si só demonstra sua grandeza e pujança.

Impossibilitado de se manter no longo período de recesso esportivo, pela sua não inclusão no Campeonato Nacional ocasionaria, fatalmente, uma séria crise com profundos reflexos no próprio Campeonato Regional de Futebol, esteio que é de

todos os clubes restantes.

IV — Além dos aspectos esportivos e econômicos analisados, deve-se ainda levar em conta que o Colorado Esporte Clube é possuidor do maior patrimônio esportivo do Estado, mantendo atividade tanto no futebol profissional profissional, como no futebol amador, futebol de salão, bola ao cesto, natação, box e outras atividades recreativas, mantendo ainda convênio com educandários da Capital, movimentando cerca de 1500 estudantes, semanalmente, em suas instalações esportivas.

Ressalte-se outrossim, que dos 110 jogadores relacionados pela CBD, para comporem a Seleção Olímpica Brasileira, 5 deles, a saber: Gilson Bezelin, Batista, Aguiar e Genau, este último, no Internacional de Porto Alegre, pertencem ao Colorado.

Achamos justa a pretensão, pois somente a Grande Curitiba, com um volume populacional, na ordem de 1.500.000 habitantes, já comportaria a participação de três agremiações representando o Sul do Estado, não contando ainda com sua área de influência, que abrange várias cidades circunvizinhas, extrapolando esse nível populacional em mais de 2.000.000 de habitantes, significando, em nível de torcida e de renda, um nível dos mais significativos.

Eis as razões que nos levam a formular o presente apelo, para o qual solicitamos apoio e aprovação dos nobres pares desta Casa”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando a oportunidade, quero expressar o meu endosso ao requerimento do eminente Deputado Ivo Thomazoni pela participação do Esporte Clube Colorado, desta Capital.

Esta Assembléia já aprovou, na última semana, requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, reivindicando o ingresso no Campeonato Nacional, além do Colorado desta Capital, de duas agremiações do interior do Estado, a saber: o Grêmio de Maringá e o Londrina.

Acreditamos que maior número de participação de equipes do Paraná sirva apenas para demonstrar a pujança deste Estado e o direito que, afinal de contas, temos em participar de um campeonato que está sendo objetivado a ser uma das molas de integração total da Nação Brasileira.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é um acontecimento de real importância para a Capital do Estado do Paraná.

A data de hoje marca a abertura do 16º Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais que, por alguns dias, estarão nesta Capital debatendo assuntos de interesse daquela categoria profissional.

Estou apresentando a esta Assembléia que, por decisão deste Plenário, se envie aos dirigentes deste congresso os votos de congratulações pela escolha do Paraná para a realização deste congresso, assim como os votos de boas-vindas a todos os profissionais da imprensa que virão aqui para Curitiba, a fim de debater, nesta Capital, os problemas de nossa imprensa.

Imprensa, que a própria Assembléia Legislativa tem uma CPI para analisar, sondar e averiguar a participação do Governo do Estado na imprensa do Estado e do Brasil.

Realmente, a importância do jornalista nos dias atuais é totalmente desnecessária ser evidenciada, tal é o grau de participação deste profissional em todos os setores e em todas as atividades humanas.

Todavia, é, mais do que nunca necessário, que a classe política preste integral e total apoio à classe jornalística brasileira, porque é a principal aliada do Poder Civil desta Nação para continuar lutando em defesa dos direitos e das garantias humanas.

A imprensa, ao se colocar na hierarquia dos Poderes em quarto lugar, como vem sendo cognominada de Quarto Poder, não apenas adquiriu direitos, mas assumiu uma gama infindável de obrigações e responsabilidades. Estas obrigações e estas responsabilidades arcam sobre os ombros do jornalista para que continue como um bastião inexpurgável, como uma fortaleza indestrutível pela manutenção desta terra e pela salvaguarda dos princípios democráticos que informam a nossa Nação.

Assim, é justo e digno que esta Assembléia preste uma homenagem a estes profissionais para que o calor e o apoio da opinião pública do Paraná, tenham condições de continuar esta árdua e difícil profissão porque jornalismo é criatividade, jornalismo é ação, mas antes, e acima de tudo, jornalismo é liberdade, liberdade sentida e, primeiramente, liberdade vivida.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, quarto orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste instante estamos aqui para fazer referência a um editorial do conceituado matutino, a “Gazeta do Povo”, do dia 29 do mês passado, e que ressaltou o programa rodoviário, levar o asfalto a 221 cidades do Paraná. Na sexta-feira, dia 28, próximo passado, falava Sua Exa. o Governador do Estado a um grupo de 30 oficiais da Escola de Guerra Naval que se encontra em viagens de estudo pelo Sul do Brasil. O Governador Jayme Canet fez uma profunda análise da economia paranaense mostrando que o Estado ainda depende fundamentalmente da sua agropecuária e que por isso mesmo, o governo procura concentrar suas atenções principalmente nos setores que têm influência mais direta sobre o comportamento desta estrutura. O setor rodoviário, por exemplo, é fundamental e decisivo, segundo o Governador, que assegurou que até à execução total do atual plano rodoviário paranaense, 221 municípios estarão interligados à malha viária pavimentada. Restarão, a partir daí, apenas 67 municípios para receberem a ligação asfáltica.

O Governador informou também, que estão em construção atualmente no Paraná, 3393 quilômetros de rodovias, entre as classificadas como de 1ª classe e de baixo custo. Além destes, outros 19 mil quilômetros de rodovias alimentadoras serão também executados, que são as estradas que ligam as sedes municipais à rodovia-tronco.

Segundo o Governador, quatro metas importantes serão atingidas com a execução do Plano Rodoviário Estadual: a pavimentação econômica de 1844 km de rodovias alimentadoras de interesse regional, a construção e o melhoramento de 360 km de rodovias alimentadoras com revestimento primário; a implantação e pavimentação de 688 rodovias de 1ª classe e a melhoria e revestimento primário de 19.000 km de rodovias alimentadoras municipais e inter-municipais. Canet disse que a “programação de transportes para o Estado do Paraná procura atender as necessidades da economia paranaense através do esforço conjugado do Governo do Estado, da União e dos municípios.

Falando na presença do Vice-Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, diretor da Escola de Guerra Naval; do comandante Aloysio Bastos Vianna Silva, encarregado do Curso Superior da EGN; do comandante Décio Antonio Luiz, Capitão dos Portos do Paraná; do Vice-Governador Octávio Cesário Pereira Júnior e da maioria dos Secretários de Estado, o Governador estendeu a sua explanação por todos os setores de atividade do poder público, reiterando a sua certeza de que “O Paraná é o Estado do Futuro”. “A implantação e consolidação de uma infra-estrutura básica — disse Canet — notadamente nos setores de rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica e telecomunicações, representa o indispensável apoio logístico de reflexo positivo direto não só para o desenvolvimento econômico propriamente dito, mas também indiretamente, no campo do desenvolvimento social.

O Governador utilizou alguns números estatísticos para que os oficiais da Marinha pudessem "avaliar" a "importância de investimentos na infra-estrutura viária estadual": em 15 anos — disse ele — a tonelagem de cinco produtos agrícolas paranaenses (trigo, milho, arroz, soja e feijão) passou de 1,94 milhões de toneladas, em 1960, para 8,59 milhões de toneladas em 1975, e a previsão para 1976, é de 12,47 milhões de toneladas.

"Lamentavelmente — acrescentou Canet — enquanto no período 1971-1975, registrou-se um aumento de 87 por cento na tonelagem dos produtos agrícolas, e as exportações, no mesmo período cresciam 75 por cento, a rede viária pavimentada expandiu-se apenas em 23 por cento".

Vejam, Sr. Presidente e Senhores Deputados, que S. Exa. o Governador Jayme Canet está de parabéns, porque está olhando para um fator primordial, que são as rodovias. Muito bem estruturado com o Secretário de Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães e com sua equipe de trabalho, com o Dr. Tancredo, na Secretaria também, como auxiliar direto, compreende a direção de um daqueles departamentos.

Queremos, neste instante, agradecer a S. Exa. o Senhor Governador do Estado, por estar olhando pelo Paraná e por sua gente, e agradecer também à "Gazeta do Povo", com esta notícia e com a euforia do povo paranaense, queremos humildemente transcrever.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senhores Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, quinto orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lendo o jornal "O Estado de São Paulo", de hoje, com muita satisfação verificamos que a Revolução brasileira a cada instante, a cada minuto se identifica com o povo deste País. (Lê):

"SIMONSEN CASSA CRÉDITO DE SETE SUPERMERCADOS. O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, determinou ontem a suspensão do crédito do Banco Central e do Banco do Brasil a sete supermercados do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, acusados de terem infringido a lista de preços máximos CIP — SUNAB, estabelecida mediante acordo de cavalheiros entre o Governo e representantes do setor. Além dessa punição (a suspensão é por tempo indeterminado), os supermercados ficarão sujeitos a rigorosa e permanente fiscalização por parte da Secretaria da Receita Federal, para efeito de identificação de possíveis irregularidades na área fiscal.

Foram atingidos pelas medidas punitivas os seguintes supermercados: Organizações Valentim de Comestíveis S/A; Armazéns São Domingos S/A; Organizações Fluminenses S/A; de Niterói; Atlas Comércio de Alimentos Ltda. (Niterói); Armazém dos Pescadores Comércio e Indústria (São Gonçalo); Rosal Supermercados Ltda. (Mesquita); e Supermercados Bandeirante Ltda. (Presidente Juscelino)".

"A punição foi sugerida pela Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, encarregada, juntamente com a SUNAB, de fiscalizar o cumprimento dos preços estabelecidos nas listas CIP — SUNAB. O corte de crédito que poderá estender-se também à área privada, por sugestão das autoridades (no caso, não teria caráter compulsório), e a fiscalização intensiva continuará sendo aplicada até que os supermercados punidos voltem a cumprir o tabelamento. Não há, em princípio, um prazo definido para sua vigência".

Ainda o editorial é bastante extenso, citando vários tipos de mercadorias e as técnicas aplicadas para ludibriar a população. E quero, nesta tarde, desta tribuna, Sr. Presidente, Senhores Deputados, em defesa do povo que pretendemos ser representantes, alertar também aos comerciantes do Paraná, os proprietários de supermercados e outros do ramo que estaremos alertas se, por ventura, também, aqui no nosso Estado, denúncias simi-

lares de atividades condenáveis, como estas de supermercados do Rio de Janeiro e Niterói advierem, haveremos, também, de levar ao conhecimento do Sr. Ministro para que medidas como estas sejam tomadas em todos os recantos do território brasileiro, como documento primeiro de que esta Revolução foi feita sobretudo e acima de tudo e, primordialmente, em defesa do povo de nossa terra. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Findo o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. — (Pausa). Estando ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 27 do mês findo, maio, tivemos nesta Casa, através de um posicionamento de todo este Plenário, transcrito nos órgãos de divulgação do Estado e da Nação, pronunciamento feito por este Deputado, requerimento aprovado por este Plenário, no qual citávamos a nova tabela de honorários dos contabilistas deste Paraná.

Remetíamos a S. Exa. o Sr. Presidente desse sindicato, sugestões pelas quais nós nos baseamos em informações, em documentos, em solicitações de nossos companheiros do interior do Paraná. Matéria neste sentido educada, no sentido respeitoso e, principalmente, num sentido de coerência, respeitando a tabela de honorários fixada, é que nós remetemos um expediente a S. Exa., o Sr. Presidente do sindicato. Desconhecíamos até a presente data, a índole, a formação, a decência, enfim, a postura deste grande órgão, que é o Sindicato dos Contabilistas deste Estado.

Para infelicidade nossa, para infelicidade da classe dos contabilistas deste Estado que, no futuro, haverão de ver, realmente, o que nós estamos testemunhando, porque logo em seguida a este nosso pronunciamento, estamos entrando à Mesa Executiva com um requerimento que será dirigido a S. Exa., o Sr. Presidente do sindicato, para sua diretoria, para os seus sindicalizados, verem, observarem e, principalmente, argüirem àquela presidência dos fatos que iremos relatar, é que, para tristeza nossa, vemos inserido, no mesmo órgão de divulgação que tem a nossa matéria no seu tópico, tem nossa matéria naquilo que, realmente, tinha e tem o objetivo, o testemunho deste Sr. Presidente do sindicato, de que através de sua viva voz, afirmava ao repórter político deste órgão, que é "O Estado do Paraná", que "há Deputados, que estão caçando bruxas", foi a expressão do Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Paraná, Elias Siqueira Saliba, ao fazer referência ao pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Zuk, MDB — Ponta Grossa — condenando a tabela de honorários dos contabilistas paranaenses. "Não há profissional ameaçado de desemprego nem atrito entre comércio e a classe", disse o presidente para lembrar que a tabela em vigor foi baixada em 18 de novembro de 1975 e aplicada no Estado a partir de janeiro deste ano. O Presidente já enviou ofício ao Deputado solicitando seu comparecimento ao Sindicato para tomar conhecimento real da situação, bem outra daquela levantada e revelada da tribuna da Assembléia, anteontem.

Mas reconhece Elias Saliba que na região de Wenceslau Braz há alguns comerciantes insatisfeitos com a tabela, considerada injusta.

"Mas o comerciante que não tem condições de pagar 300 cruzeiros para um profissional efetuar sua escrita não tem condições de se estabelecer".

O que nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que fique patenteado a esta Casa de que a tabela em 75 e temos em mãos um acordo feito em Piraí do Sul em 25 de março de 1976, assinado por Victor Miguel Milléo, contador registrado sob o número 11.552; Inês Josefá Filizola, contadora registrada sob o número 7279; Osires Fanchin, contador registrado sob o número 6243; Basílio Baitala, contador registrado sob o número 6110; Hélio Müller, sob o número 10.825; Antônio Carlos X. da

Silva, sob o número 9432; José Carlos Sguário, sob o número 10.040; Marino Franklin da Silva, sob o número 14.611, com firmas reconhecidas, onde esses profissionais contabilistas do município de Pirai do Sul apresentam uma nova tabela à apreciação daquele sindicato, tabela essa que vai de encontro às regiões onde eles desenvolvem os seus trabalhos profissionais, entendendo que aquela tabela fixada pelo Sindicato dos Contabilistas deste Estado não é uma tabela condizente ao Estado pelo qual desenvolvem as suas funções. E, particularmente, uma pequena escrita até cem mil cruzeiros. E eles fazem uma proposição ao Sindicato de Contabilistas de que os trabalhos profissionais sejam cobrados na ordem de duzentos cruzeiros, de cem mil cruzeiros a cento e cinquenta mil cruzeiros, e assim sucessivamente, demonstrando de que esses profissionais liberais, contabilistas registrados no exercício da sua função, além do apelo daqueles comerciantes e contribuintes nossos amigos, além dos apelos feitos a outros Deputados que nos apartearam na oportunidade, eles próprios fizeram através de um testemunho, através de uma solicitação a este sindicato que até recentemente, até domingo não sabia, eu não tinha conhecimento que estava entregue a mãos inábeis, incompetentes e principalmente mal educadas.

O Sr. **Gilberto Carvalho** — Nobre Deputado, V. Exa. muito feliz nesta tarde quanto traz a esta Tribuna um assunto de real importância. Na realidade esta tabela baixada, não quero dizer que não seja justo o valor fixado pelo sindicato, mas acontece que foi um absurdo o aumento muitas vezes em até 500 por cento na minha região do Vale do Guaiá.

A reclamação foi total por parte dos comerciantes porque não havia um controle e quando baixaram a tabela veio um aumento vultoso. O que deveria ter feito o sindicato é pedir a cada associação das regiões que se entendesse com os comerciantes e fixasse uma tabela agora em cada região e no próximo ano daria um aumento proporcional e atualizando a tabela em todo o Estado do Paraná.

Mas fizeram simplesmente uma reunião, baixaram uma tabela sem consultar aos comerciantes e a reclamação é geral e com o acordo de muitos contadores isto está acontecendo na minha região. E o sindicato não tomou conhecimento disso.

Por isso cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento nesta tarde.

O SR. **LUIZ CARLOS ZUK** — Agradeço ao nobre Deputado em nosso nome e, em particular, àqueles Senhores contribuintes e comerciantes que nos dirigiram telegramas, cartas, solicitações para que nós nos fizéssemos presentes, como estamos a fazê-lo para defender além dos interesses da classe dos contabilistas do Paraná, defender também aqueles contabilistas que não concordam com a tabela, com este acordo feito na cidade de Pirai do Sul, onde a Associação dos Contabilistas de Pirai do Sul, expõem à apreciação deste sindicato, uma tabela mínima de honorários profissionais, condizentes à existência da escrituração nesta região, agora testemunhada através da nossa palavra, e que também na sua área, no seu município, onde tem representação política a nossa pessoa, também sente o encargo de que, respeitando a tabela, poderia ela gradativamente ser inserida em todo o território paranaense.

Mas num sentido gradual fosse feita agora, em forma decisiva, fazendo com que alguns absurdos como ora relatados, fossem então sanados em todo o quadrante paranaense.

Mas o que nós queremos com esta nossa posição, é de que através de um requerimento que estamos endereçando à Mesa Executiva, seja remetido ao Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Paraná, cópia autêntica do nosso pronunciamento do dia 27 último do mês findo, e da sessão do dia de hoje. O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

Requer à Mesa, o Deputado que abaixo subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, após anuência do Plenário, que se remeta ao Senhor Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Paraná, cópia autêntica do nosso pronunciamento do dia 27/05 do corrente ano e o de hoje, a fim de que aquela Presidência situe-se com conhecimento e discernimento ao episódio — Tabela de Vencimentos de Contabilistas.

Ignorando objetivos e desconhecimentos do assunto relevante ao Comércio e Indústria do Paraná, ficaremos sempre no resguardo não só da classe dos contabilistas como também dos contribuintes e da educação paranaense exposta a entrevistas pouco recomendáveis e totalmente descabidas.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976”.

Ignorando os motivos de desconhecimento do assunto, relevante ao comércio e indústria do Paraná, estaremos sempre ao lado da classe não só dos contabilistas, como também dos contribuintes, expostos a entrevistas menos recomendáveis e totalmente descabidas, como aconteceu com esse senhor, que nós infelizmente não o conhecemos, e preferimos não o ter conhecido através de uma infeliz entrevista, que é o Sr. Elias Saliba, presidente deste sindicato, que para honra deste Estado, que para honra deste Paraná tem em seu seio alguns nomes ilustres, que às vezes se obscuram na presidência de uma pessoa mal educada, como é o ilustre Presidente.

Mas, outro assunto nos traz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à tribuna no dia de hoje, é fazermos presente nesta Casa, também com um requerimento a S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes deste Estado, um voto de cumprimento a este mandatário desta secretaria tão difícil, deste organograma funcional do Estado, de que um pedido nosso verbal, feito àquela Secretaria, mesmo antes de chegar às suas mãos a documentação oficial pedindo o provimento de uma falha administrativa da sua secretaria, constatamos no dia de ontem, quando nos transportávamos a esta Casa, ao nosso trabalho, que aquela nossa solicitação verbal já se fazia presente, através da restauração da precária estrada que liga Ponta Grossa à Capital do Estado.

Argumentava eu, ao Sr. Secretário e seus auxiliares, de que a imediata restauração daquela pista se fazia necessário com a maior brevidade possível, pois que a mesma havia sido danificada em virtude das chuvas que caíram em nosso Estado.

E para felicidade nossa e de todos os paranaenses, vimos que o Sr. Secretário de Transportes prontamente atendeu aquela nossa reivindicação, mandando determinar ao DER, sediado em Ponta Grossa, que ali se fizesse presente, mesmo sem uma comunicação oficial daquela Secretaria.

E aquela pista já está sendo restaurada para economia da própria administração pública; para economia do próprio Governo e também porque não dizer, para economia do próprio povo. O Sr. **Gabriel Sampaio** — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**).

Nobre Deputado, estou satisfeito de saber que V. Exa. esteve dialogando com o dinâmico Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães. Esse dinâmico secretário que ausculta todas as forças vivas do Paraná e está procurando atender a todas as reivindicações, principalmente quando parte de Deputado combativo como é V. Exa.

V. Exa. está de parabéns, como também está de parabéns toda a região de Campos Gerais, porque vejo V. Exa. vir à tribuna dizer de público que o Sr. Secretário de Transportes está atendendo reivindicação de representantes da cidade princesina, V. Exa. e o nobre Deputado David Federmann.

Queira, Deputado Zuk, mais uma vez, como no caso dos contadores, contar com o nosso inteiro apoio.

Agradecemos a V. Exa. por reconhecer o dinamismo do Secretário de Transportes que atendeu uma reivindicação daquele povo ordeiro e trabalhador, como é o povo de Ponta Grossa.

Aceite, nobre Deputado, a nossa admiração pela sua desenvoltura em reconhecer que os secretários do ilustre Governador Jayme Canet Júnior, "pari passu", ao lado do povo do Paraná, para que este povo sofrido tenha um lugar ao sol.

Nosso cumprimentos por esse pronunciamento tão brilhante.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradecemos o aparte do nobre Deputado Gabriel Manoel, e queremos dar conhecimento à Casa de um requerimento dirigido ao Sr. Secretário dos Transportes: (Lê):

"Senhor Presidente.

Usando de suas atribuições regimentais, o Deputado que abaixo subscreve, requer solicitações das comunidades de Cândido de Abreu, Reserva, Ivaí e Ipiranga, concernente ao estado precário e quase intransitável das estradas que dão acesso a essas cidades.

Entendendo e somando as solicitações de outros Senhores Deputados desta Casa e dos Prefeitos desses municípios e mais ainda, das classes produtoras dessa Região, é que nós, uma vez mais empenhamos a nossa representação política a fim de que essa Secretaria restaure, no menor tempo possível, as estradas que demandam desses municípios à Capital do Estado.

Estradas essas pelas quais escoam os produtos agrícolas, a comercialização da pecuária e enfim o único meio de acesso às estradas condizentes do Sistema Viário do Estado, não é justo o estado lastimoso no qual encontram-se essas rodovias. Reconhecendo a iniciação do cascalhamento em certos trechos de estradas naquela área, atendendo apelo deste e de outros Deputados e Lideranças, o Governo do Estado através da Secretaria tem atendido em partes as solicitações requeridas e acreditamos na viabilização desta, urgentemente ser atendida.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976."

Queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fique registrado nos Anais desta Casa que nós, embora pertencendo ao partido adversário politicamente ao Sr. Secretário dos Transportes e aos demais secretários, temos a liberdade e mesmo decência de que, quando nossa solicitação vem de encontro aos anseios dos paranaenses e dos brasileiros, moradores deste Estado, se faz por nós mesmos, a voz não da oposição, mas a voz do reconhecimento do povo pelos benefícios recebidos. Queria ter eu a oportunidade que estou tendo na tarde de hoje, de vir em ocasião futura a esta tribuna, com a mesma satisfação que sinto na tarde de hoje para cumprimentar uma ação de um Secretário de Estado. Também estou cumprimentando o Sr. Governador do Estado, por uma solicitação que é feita, não por um Deputado do MDB nem da ARENA mas pelos homens que representam o povo.

Porque se há divergências partidárias nesta Casa, a somatória dessas divergências sempre se destina ao interesse comum do povo do Paraná.

Também nesta ocasião estamos endereçando outro ofício que queríamos que fosse atendido pela administração deste Estado, no que concerne às cidades de Cascavel, Reserva, Ivaí ou Ipiranga.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Concedo a palavra ao nobre Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Somos obrigados a dizer quase sempre desta tribuna que não houve e não haverá em nenhuma oportunidade da história administrativa deste País, tanta incoerência como tem havido, tanta controvérsia como tem sido registrada, tanta falta de aptidão administrativa daqueles que são responsáveis pelo bem estar, pelo desenvolvimento e pelo crescimento deste querido Estado.

Hoje, na tribuna do povo, vimos um dos representantes da bancada governista neste Parlamento, retrospectar notícia inserida no "O Estado de São Paulo", onde esclarece à população brasileira, de que o Ministério da Fazenda, tomou providências contra diversos supermercados do Estado do Rio de Janeiro, porque deixaram seus diretores, ou seus proprietários, de respeitar as tabelas baixadas pela SUNAB.

Logo depois um deputado da bancada do MDB, o brilhante Deputado Luiz Carlos Zuk, vem aqui denunciar a incapacidade do Presidente do Sindicato dos Contadores do Paraná, que autorizou a seu bel prazer, num instinto até de violência econômica aos contadores, de aumentarem para os comerciantes os seus honorários, de forma absurda.

Nós vemos todos os dias, Sr. Presidente, aumentado o valor da taxa de consumo da luz, da água, os aluguéis e telefone, instrumentos esses necessários para o exercício de atividades comerciais neste País e em qualquer nação do globo.

Vimos, recentemente, o anúncio da majoração do produto estatal, base principal da estrutura econômica desta Nação, o aumento da gasolina anunciado pelo Sr. Ministro de Minas e Energia.

Vemos e sentimos que o comerciante é o intermediário de compra e venda que transporta e que leva para seu departamento comercial a mercadoria adquirida, seja ela de produção da terra ou de produção da indústria e esta mercadoria encarece, exatamente, em razão desses fatores que são de relevante importância e devem ser observados, tais como o transporte, o aluguel, a luz, a água, o telefone e o serviço, naturalmente, dos profissionais de contabilidade que retratam todos os meses, as semanas e todos os dias durante o ano a sua posição econômica para os fins de tributação do Governo.

É bom que se diga e que se apresente nesta oportunidade que é mais um ônus obrigatório e pesadíssimo para o comerciante a tributação dos governos, desde o Governo Municipal até o Governo Federal.

O Governo permite que se majore tudo, desde o transporte até os honorários dos contadores que prestam serviços às firmas comerciais existentes e manda, depois, fechar os supermercados sem primeiro proceder a um levantamento para ver se, de fato, o comerciante tem condições econômicas, meios ou recursos para aceitar as tabelas oficiais instaladas pelo Serviço Nacional de Proteção aos Preços.

Disse o nobre Deputado, ainda, ao fazer a denúncia, que houve manifestação inserida no "O Estado de São Paulo" que a Revolução é que fez este trabalho de mandar fechar os supermercados do Rio de Janeiro.

É bom que se entenda que a Revolução brasileira não saiu da sua posição e do seu lugar. Ela sempre se dirigiu com dignidade e com respeito na sua função em favor da segurança nacional. Os problemas de ordem administrativa neste País ainda pertencem aos partidos políticos. Qualquer outra forma que se queira dar à administração de uma nação, que vive em democracia, não poderia ser aceita senão como demagogia ou como manifestação de medo de represálias daqueles que fazem respeitar as leis existentes nesta Nação.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se entenda os Poderes, realmente, como eles o são. É preciso que se separe a tentativa de influência de medo, porque quando sentimos que um parlamentar ligado ao Partido do Governo ao anunciar ou denunciar um fato de ordem administrativa, falando em nome da Revolução, entendemos que esse parlamentar, em primeiro lugar, foge de sua função de representante do povo e, em segundo lugar, caracteriza em si a manifestação de medo ou tenta impressionar aqueles que, com a mesma responsabilidade que ele tem está, como eu estou, com muita honra, no Partido de Oposição, no Partido do Povo.

Não podemos, de forma alguma, aceitar ou acatar qualquer pronunciamento de ordem administrativa que envolve esta

Nação como fato revolucionário e sim como fato administrativo. Entretanto, o que nós podemos observar da administração deste País, à sua extensão até hoje, e que fique caracterizado nos Anais desta Parlamento, que não é outra coisa se não a incoerência, a falta de planejamento e de verificação, principalmente para a estruturação das tomadas de posições legais. Porque não podemos olhar o comerciante desta ou de qualquer outra nação; simplesmente como sonagador, como praticamente tem tem sido taxado. O comerciante acima de tudo, é o homem que exerce uma atividade de carreira, através dos recursos de sua própria atividade, à economia necessária para o desenvolvimento nacional.

Não se prende o homem, não se processa o homem e nem as profissões. Em primeiro lugar verifica-se através de um processo legal, se realmente o delito foi cometido. Tem o aparte o nobre Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Nobre Deputado, sempre acompanhamos os seus pronunciamentos e, algumas vezes até, chegamos a participar deles, chegamos mesmo a apoiá-lo. Mas V. Exa. nesta tarde, comete dois graves deslizes, como parlamentar e como homem. Como parlamentar, V. Exa. tenta desmembrar atitudes que são sincréticas, são consentâneas no nosso regime, no nosso sistema democrático. A ARENA, e já tive o prazer e a oportunidade de dizer desta Casa, e desta tribuna, de que os dois partidos são originários da Revolução Brasileira, só que o MDB é uma consequência da Revolução, mas a ARENA e o Governo, são a própria Revolução. E muitas vezes V. Exa. por linhas tortas e diretrizes controversas, tentava com episódios político-administrativos, condenar o sistema deste Executivo, o sistema democrático, querendo separar a eficiência da Revolução Brasileira. Ninguém poderá entendê-lo, nem mesmo V. Exa., Deputado, quando V. Exa. quer acusar o sistema democrático e a maneira e o comportamento do Executivo Brasileiro dentro do Sistema Democrático Nacional, e tenta paralelamente, parabenizar a Revolução, ou separá-la pelo menos. Este é um sistema, esta é uma maneira de governar. É uma maneira de governar bem e é uma maneira do Governo Arenista brasileiro, nobre Deputado. Nem V. Exa. nem ninguém haverá de encontrar argumentos, desta Tribuna ou fora dela, para separar o Governo Brasileiro, para separar da Arena ou da Revolução deste País, que foi salvo do caos em 31 de março de 1974. V. Exa. cometeu, como parlamentar e como político, uma grande deslize, mas V. Exa. nobre Deputado, cometeu um dos erros mais graves de sua vida, como homem, quando tentou acusar este parlamentar e eu faço o aparte pela primeira vez, em pé, diante de V. Exa. para desafiá-lo, nobre Deputado, porque este parlamentar não admite de V. Exa. e de nenhum parlamentar desta Casa, e de homem nenhum, dizer que eu tenho medo de alguma coisa ou de alguém. Se V. Exa. duvidou disso, desça da tribuna que eu lhe mostro já se este parlamentar teve medo ou tem medo de alguém.

Jamais V. Exa. ouse desta tribuna ou fora dela, dizer que este Deputado tem medo de alguma coisa ou de alguém. V. Exa. covardemente sobe à tribuna para dizer, quando este parlamentar estava fora. Desça da tribuna, Senhor Deputado! Eu ouvi através dos auto-falantes V. Exa. me acusar de medroso. Estou com aparte nobre Deputado. (Soa a campanha).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita ao Deputado Quielse Crisóstomo da Silva que, por favor, atenda os apelos desta Mesa, que insistentemente solicitou que V. Exa. se acalmasse através da campanha e solicita, agora, pessoalmente a V. Exa., para que possamos manter os trabalhos em bom nível, que V. Exa. contenha-se e, por favor, dentro das regras que norteiam esta Casa, os trabalhos da Casa, procure tratar os assuntos com maior cuidado para que nós tenhamos condições de levar a bom termo os trabalhos.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Art. 150, § 5º das Atribuições do Presidente. Eu pediria, se é do seu interesse manter a ordem nesta Casa, nobre Presidente, que V. Exa. também, pelo artigo que eu acabo de citar, evitasse que Deputados, da tribuna, atacassem outro parlamentar, como eu fui atacado e eu não me recorro que V. Exa. tivesse usado de suas atribuições presidenciais para proibir o desacato contra a minha pessoa, o que foi feito covardemente na minha ausência. Quero que ele repita agora, na minha presença. Só isso, Sr. Deputado, dentro ou fora do Regimento. (Soa a campanha).

O SR. LÚCIO MACHADO — Estou sendo ameaçado dentro da minha integridade física, acima de tudo. Estou apenas cumprindo o meu dever como parlamentar. Peço a V. Exa. que mantenha a ordem.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Senhor Presidente, eu estou com a palavra ou não.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está dando um aparte ao Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Agora estou com a palavra, pela ordem, Sr. Presidente, e espero não ser interrompido. Nobre Presidente, nas suas mãos estão os bons caminhos dos trabalhos desta Casa. Este parlamentar, jamais, e eu desafio nos Anais da Casa, se porventura algum dia faltei com o devido respeito a um parlamentar, ou eu iniciei algum debate menos cavalheiresco nesta Casa. Jamais iniciei, mas jamais corri de algum deles. Esta Casa já escreveu páginas pouco recomendadas por mim mesmo, mas que eu fui levado, como estou sendo levado hoje, respondendo, respondendo sempre, nunca tomando iniciativa de atacar alguém, muito mais um parlamentar, porque se existe uma coisa que eu prezo é o respeito por esta Casa e, como eu respeito, exijo respeito e, no desrespeito, agüento com as consequências e espero que também agüente, quem porventura usar desrespeitar este parlamentar.

Esta é uma Casa de Leis, uma Casa de liberdade democrática, mas liberdade, dentro da liberdade brasileira, Senhores Deputados, liberdade com respeito e não com liberalidade. O que V. Exa. faz da tribuna não é uso de liberdade, é uso de liberalidade pela ausência deste parlamentar que, aqui presente, não vai permitir que V. Exa. ... (Soa a campanha).

O SR. LÚCIO MACHADO — Senhor Presidente, é lamentável que até o cerceamento da liberdade, do exercício da atividade de representação do povo, seja, neste Parlamento, ameaçado pela própria violência, quando condenando os fatos decorrentes da tomada de posição do Governo que fere, frontalmente...

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu concederei. O que hoje fez, neste Parlamento, o nobre Deputado, inteligente, capaz e até hoje digno de meus respeitos...

O SR. LÚCIO MACHADO — ... foi repetir as ameaças que ele fez por diversas vezes, aqui, impressionando-nos...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Pela ordem, o Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, acho que deixei bem claro. Fui chamado de medroso pelo nobre Deputado Lúcio Machado. Não estou desafiando fisicamente, V. Exa. Estou dizendo que topo qualquer desafio. Não estou desafiando, ainda. Estou dizendo que topo qualquer desafio. V. Exa. me chamou de medroso. Eu ouvi nos alto falantes e V. Exa. nem está pretendendo desmentir. V. Exa. me chamou de medroso. Apenas, se V. Exa. duvidar, serei capaz de provar que V. Exa. se enganou. Não estou lhe provocando; apenas, estou fazendo um alerta; se V. Exa. desafiar, vai encontrar companheiro.

Com relação aos antecedentes, eu consulto os Anais da Casa, que todas as vezes que incidentes desta natureza acontece-

ram, é que alguém faltou com o devido respeito a alguém. Nunca por iniciativa deste Deputado; jamais no passado e, jamais no futuro, este Deputado, tomará a iniciativa. Mas, jamais, V. Exa. há de ver que este Deputado deixou de topar.

O SR. PRESIDENTE (GABRIEL SAMPAIO) — Sr. Deputado Lúcio Machado, a Presidência concede mais dois minutos a V. Exa., uma vez que o tempo está se esgotando para concluir; ou, se não concluir, poderia solicitar inscrição para falar em explicações pessoais.

O SR. LÚCIO MACHADO — Só para concluir. É lamentável, Sr. Presidente, que tenhamos que sofrer, no cumprimento árduo de nosso dever parlamentar de representar o povo, ameaças que, realmente, não têm procedência, porque não dirigimos à pessoa do ilustre Deputado Quielse Crisóstomo, para composição ou análise do seu próprio "eu", a palavra ou vocábulo - amedrontamento - apenas caracterizando que toda vez que um parlamentar se levanta para analisar um fato administrativo deste País, e qualifica a Revolução como portador deste fato ou ato administrativo, na nossa concepção, não pode existir fatos outros, senão:

Primeiro, o de manifestarem em si o medo da Revolução. Segundo, por querer caracterizar o medo em nossa bancada.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (GABRIEL SAMPAIO) — (Faz soar os tímpanos).
Com a palavra V. Exa.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Nobre Deputado, para deixar bem claro, ao ilustre orador, nem medo de V. Exa., nobre Deputado, nem medo de Revolução, nem medo de coisa nenhuma.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa.....

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, V. Exa. concedeu a palavra pela ordem, e o nobre Deputado Lúcio Machado está me interrompendo.

O SR. PRESIDENTE (GABRIEL SAMPAIO) (Faz soar os tímpanos).

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, entendo que se o orador insinua a algum parlamentar medo, eu respondo em qualquer nível e em qualquer situação. Não aceito suas ameaças nobre Deputado, sob pretexto algum. Não tenho razões para temer.....

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu não fiz ameaças, nobre Deputado.....

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Não tenho razões para temer.....

O SR. PRESIDENTE (GABRIEL SAMPAIO) (Faz soar os tímpanos)

Solicito ao Deputado Lúcio Machado que não use a palavra, uma vez que eu concedi a mesma ao Deputado Quielse Crisóstomo, pela ordem.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não vejo onde e como um parlamentar ao ler uma notícia verdadeira, não vejo onde e como ao dizer que as

medidas coercitivas necessárias deste Governo Revolucionário e por um Ministro de Governo Revolucionário, possa traduzir falta de coragem de algum Parlamentar, Sr. Deputado.

V. Exa. e nenhum outro parlamentar haverá de distorcer a verdade nua e crua de que o Governo Brasileiro e o Governo Revolucionário, a Arena do nosso País está trabalhando em defesa do povo humilde de nossa terra. E V. Exa., nesta tarde haverá de inserir seu nome nos Anais da Casa, como daqueles que se voltam contra os interesses do povo brasileiro, porque a medida do Ministro do Governo Revolucionário Brasileiro foi em defesa do povo humilde de nossa terra.

E. V. Exa., se volta contra os interesses do povo, dizendo que essas medidas não são oportunas e usando de argumentos para atacar o Deputado, que apenas da tribuna hoje, leu, sem comentários, uma notícia trazida do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", uma medida justa do Ministro da Fazenda, uma atitude oportuna do Ministro do Governo Brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, concluindo o meu pronunciamento, quero deixar caracterizado para que conste nos Anais da Casa, não existe administração sem planejamento e jamais existirá movimento de redenção dessa Nação sem que primeiro haja raízes profundas, que se estabeleça segurança para tomada de posição como essa.

O comerciante tem que ser visto não simplesmente como homem sonegador, como homem açambarcador da economia popular, mas tem que ser visto como.....

O SR. PRESIDENTE (GABRIEL SAMPAIO) (Faz soar os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 45/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 24/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nereu Ramos, Delegacia e Cadeia, e a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 183/75, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que declara de utilidade pública o Diretório Central dos Estudantes, da Fundação Universidade Estadual de Londrina. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo, por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 20/76, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, APMI,

com sede na cidade de Tomazina. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo, por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 21/76, de autoria do Deputado Egon Püdel, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, AMOP., com sede no município de Cascavel.— Parecer favorável da CCH., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.—

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 201/75, de autoria da Comissão Executiva, dando nova redação e acrescentando incisos, à alínea “C” do Artigo 1.^o, da Resolução 9/67, de 07/06/67. Parecer favorável da CCJ., COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— Aprovado.—

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 201/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o - A Alínea “C”, do Artigo primeiro, da Resolução número 9/67, de 07 de junho de 1967., passa a vigor com a seguinte redação:

“c - 60 (sessenta) minutos, no máximo, destinados às lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou, à falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I - os 30 (trinta) minutos finais, divididos equitativamente e com alternância diária, serão atribuídos aos líderes de bancadas, que poderão delegar a liderados seus o uso da palavra.

II - Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou a indicação de membro da respectiva bancada para fazê-lo.

III - À falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.^o Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.^o Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Emenda Substitutiva Geral ao
Projeto de Resolução N.^o 201/75

Art. 1.^o - A alínea “C”, do Artigo primeiro, da Resolução número 9/67, de 07 de junho de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“C - 60 (sessenta) minutos, no máximo, destinados às lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou, à falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I — Os 30 (trinta) minutos finais, divididos equitativamente, serão atribuídos aos líderes, cabendo uso inicial da palavra aquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

II - Aos líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

IV — À falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em / /
aa) ACCIOLY NETO — Presidente; LUIZ ROBERTO
SOARES — Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 79/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, dando redação aos Artigos 39 e 51 do Regimento Interno. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.^o - O artigo 39 e seu parágrafo único, do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 - As Comissões Permanentes são dezesseis (16):

- I — Executiva;
- II — Constituição e Justiça;
- III — Finanças;
- IV — Orçamento;
- V — Agricultura;
- VI — Indústria e Comércio;
- VII — Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- VIII — Instrução Pública;
- IX — Terras, Imigração e Colonização;
- X — Polícia;
- XI — Saúde Pública;
- XII — Redação;
- XIII — Tomada de Contas;
- XIV — Turismo;
- XV — Recursos Humanos;
- XVI — Ecologia e Meio Ambiente.

Parágrafo Único — As Comissões Permanentes compõem-se de sete (07) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá onze (11), Membros.”

Art. 2.^o - O Art. 51 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte Redação:

“Art. 51 — A Comissão de Agricultura compete manifestar-se sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e as matérias pertinentes à agropecuária. do Estado; a Comissão de Indústria e Comércio compete manifestar-se sobre projetos e matérias que digam respeito ao desenvolvimento econômico e aos assuntos pertinentes à Indústria e Comércio do Estado.”

Art. 3.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.
a) ACCIOLY NETO.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Resolução que ora propomos à apreciação desta Casa, procurar adaptar as Comissões Técnicas deste Poder Legislativo à nova sistemática implantada no Executivo Estadual através da Reforma Administrativa adotada pela Lei 6639, de 29 de novembro de 1974, que no seu artigo 114 - inciso II, prevê a criação da Secretaria de Indústria e Comércio.

De autoria do nobre Deputado Accioly Neto, visa o presente projeto de resolução, dar nova redação aos artigos 39 e 51 do Regimento Interno.

A nova redação ao Art. 39 do Regimento Interno, propugna a criação de mais uma Comissão permanente, a de Indústria e Comércio.

Pela justificativa apresentada, tal criação se propõe em função da nova sistemática administrativa, implantada através da Lei 6636, da Administração Geral do Poder Executivo Estadual.

Plenamente cabível a criação proposta, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, bem como, tendo-se em vista que existe nesta Casa, uma Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, que através da Secretaria desta CCJ., seja encaminhada cópia do projeto aquela Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto-Presidente; Gilberto Carvalho-Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 98/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, determinando arquivamento de Projetos que concedem Honrarias, apresentados e oriundos de outras legislaturas. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 98/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Serão arquivados todos os projetos de lei, que concedem títulos de cidadania ou honrarias, apresentados nas legislaturas anteriores.

Art. 2.º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

p/Comissão de Constituição e Justiça

aa) Accioly Neto, Deni Schwartz, Adalberto Daros, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Nilso Zguarezi e Quielse Crisóstomo.

JUSTIFICATIVA:

Os projetos que objetivam títulos de cidadania ou concessões de honrarias, a priori, buscam o imediato reconhecimento de méritos às pessoas homenageadas, valendo dizer, que os planos de lei, das legislaturas passadas, muitas vezes propostos por parlamentares não mais detentores de mandatos, de per si, estão desnaturados.

A medida não impede a representação à Casa, desde que um membro da legislatura corrente, assim entenda válido.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 45/76, de autoria do Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, que declara de utilidade pública a Sociedade Universitária Paranaense de Ensino,

com sede nesta Capital. — Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade Universitária Paranaense de Ensino", com sede nesta Capital.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em / /

a) JAYME RODRIGUES DE CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA PARANAENSE DE ENSINO, é uma entidade que vem prestando relevantes serviços à comunidade de nossa Capital, dentro das finalidades a que se propõe.

A cópia dos Estatutos que anexamos ao presente, melhor mostram as suas finalidades, e a comprovação de que a entidade preenche os requisitos legais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 45/76

O projeto de lei 45/76, de autoria do nobre Deputado JAYME RODRIGUES DE CARVALHO, tem por objetivo declarar de UTILIDADE PÚBLICA a "SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA PARANAENSE DE ENSINO", com sede nesta Capital.

Acompanhando o projeto, se encontra a documentação que comprova o preenchimento das exigências legais para a sua declaração de UTILIDADE PÚBLICA.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei 45/76, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto-Presidente; Adalberto Daros-Relator.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, líder da ARENA, indicando os nomes dos Senhores Deputados EZEQUIAS LOSSO, ALFREDO GULIN, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, como membros efetivos, e FUAD NACLI e GABRIEL MANOEL, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Especial de estudos dos problemas do trânsito de nossa Capital. — AO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO — DIVISÃO DAS COMISSÕES — PARA ANOTAR.

A mesa tendo decorrido o prazo de 60 dias que teria concedido para receber as sugestões dos órgãos interessados na reforma do Estatuto do Magistério, pede aos Srs. Líderes que in-

diquem os membros que irão fazer parte desta Comissão Especial, que de acordo com o Regimento Interno, deve ser instalada. Irão três deputados pela ARENA e dois pelo MDB.

Esta Comissão assim que constituída, terá 30 (trinta) dias, inicialmente, para oferecer parecer.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. HÉLIO DALPRÁ, ocorrido no distrito de Guaraituba, município de Colombo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. LELINA FORLIM.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao IBDF, pelo lançamento do Programa Nacional de Sementes Florestais.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja enviado às Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado, na pessoa de seus representantes, fotocópias de todo o Projeto de Lei 163/75, já aprovado por esta Casa.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DETRAN, visando a instalação de uma CIRETRAN na cidade de Toledo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do INPS, reconsiderando solicitação anterior no sentido de uma imediata providência na instalação de uma agência do referido órgão na cidade de Toledo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Finanças, ao procedimento que adotará a referida secretaria, quanto ao débito do IBC para com o Estado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, apoiado por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Presidente da República, Ministro da Educação e Cultura, Governador do Estado, e diversas autoridades, no sentido de que o Colorado Esporte Clube, desta Capital, seja incluído na disputa do Campeonato Nacional de Futebol.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à classe jornalística pela realização no Paraná, do XVI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais a ser instalado hoje, bem como, externando votos de feliz estadia entre nós durante a realização de tão importante conclave.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado LUIZ CARLOS ZUK, lido da tribuna, solicitando seja remetido ao Sr. Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Estado, cópia autêntica do nosso pronunciamento do dia 27 de maio de 1976, e da sessão de hoje.

A Mesa defere “ad referendum” da Assembléia e será encaminhado o pedido de V. Exa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos

Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, extensivo a sua equipe, os cumprimentos pela pronta e eficaz ação de restauração da precária estrada Ponta Grossa-Curitiba, estragada pelas últimas chuvas e pelo grande volume de trânsito naquela rodovia. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de atender solicitações das comunidades de Cândido de Abreu, Reserva, Ivaí, e Ipiranga, concernente ao estado precário e quase intransitável das estradas que dão acesso à essas cidades. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria: no seguinte teor (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, votação nominal para o requerimento que solicita informações ao Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) ENÉAS FARIA.”

Em votação.— REJEITADO

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, referente a contrato com o Instituto Gallup, especializado em pesquisa.— Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela Ordem) Sr. Presidente, parece que não haveria sido encerrada a discussão, e sim, transferida para a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Coloquei em discussão e encerrei a discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas por uma questão de dedicação, cavalheirismo e de ética, pretendo discutir e não solicitei anteriormente, em respeito ao eminente Deputado da ARENA que solicitara para discutir o requerimento, na sessão de ontem. Portanto, o apressamento da Mesa me coloca numa situação difícil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) A Mesa não se apressa nunca.

V. Exa. está batendo em porta errada. Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para discutir) Sr. Presidente eu havia pedido a palavra antes e V. Exa. não ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, lamento que se fuja à praxe.

Normalmente nos pedidos de discussão, de um requerimento, quem tem a idéia divergente, ou argumentos que divirjam - tem se usado nesta Casa e em todos os Parlamentos, - que tais argumentos sejam expostos, a fim de que o defensor do requerimento possa contra-argumentar.

Todavia, como esses argumentos silenciaram, nós pretendemos discutir assim mesmo o requerimento e o fazemos em nome da liderança do MDB. Vemos procedência no pedido

do eminente Deputado Enéas Faria, porque ele é consentâneo, ele é de uma clareza meridiana ao se referir a um contrato firmado pelo Governo do Estado do Paraná aos 15 dias de março do corrente ano, publicado pelo DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 23 de março, contrato de pesquisa de opinião pública, entre a Casa Civil do Governo do Paraná e o Instituto Gallup do Estado de São Paulo.

É de uma clareza meridiana, porque esse contrato, publicado pelo Oficial do Estado do Paraná, para conhecimento de todos os paranaenses, contrato com base em dotação orçamental portanto, licitamente, com o dinheiro do povo paranaense e o Governo, defendendo-o, tem o direito de fazer essa pesquisa.

O que não concordamos, é que o Governo tenha o direito de ficar para si apenas com o resultado dessa pesquisa. Porque, então, já não seria o Governo do Estado que estaria fazendo a pesquisa. O Governo representa o povo do Paraná e os atos públicos, pela própria expressão e força da expressão público devem ser revelados.

Mas é interessante, que na cláusula primeira desse contrato está o objeto da contratação. Diz ela: "a contratada se obriga a realizar trabalho de pesquisa sobre a imagem do Governo do Estado do Paraná, fornecendo os seguintes dados: problemas considerados mais importantes pela população. Imagem do Governo Estadual e prestígio da liderança política."

Que saibamos existem duas lideranças políticas reconhecidas oficialmente, com dotação orçamentária, neste Estado, a liderança da ARENA e a do MDB.

Quero asseverar aos Srs. Deputados da ARENA, que se o MDB perder essa votação hoje, aqui, recorreremos à justiça comum, para com força de lei.....

O Sr. João Cioni Neto — Ameaça, não.

O SR. NILSO SGUAREZI — Ameaça não. Que se levante a voz para se discutir claramente. E os Deputados da ARENA têm o direito sagrado de discutir e de divergir. Não descerei da tribuna e não pedirei que ninguém suba à tribuna. Pedirei que venham com argumentações e com palavras, podem ser palavras candentes, palavras veementes, mas que se argumente com a voz. — (Sem revisão do orador).

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, nesta tarde tivemos o desprazer de presenciar e, até mesmo de participar, em quase atrito.....

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Estou com a palavra pela ordem e quero continuar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Então, deve citar o artigo do Regimento Interno.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, a minha Questão de Ordem é ainda baseada no artigo 150, parágrafo quinto e que se relaciona com a manutenção da ordem no Plenário.

Quero, por antecipação, baseado neste artigo do Regimento Interno pedir à Presidência que, se possível, mantenha o orador que está na tribuna, em bom estado emocional, porque, do contrário, possivelmente haveremos de responder ao Deputado em nível de ataque que ele estipular.

Portanto, Sr. Presidente, pediria apenas à Mesa que acompanhe as palavras do nobre orador porque, me parece, que o nobre orador daqui para frente, poderá perder o equilíbrio emocional. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A mesa escutou e

não compreendeu as palavras do Deputado NILSO SGUAREZI nada de ofensivo a esta Assembléia ou a qualquer Deputado. (MUITO BEM)

Se houver, esta Presidência, como colega e amigo, saberá pedir ao Deputado que estiver na tribuna ou no plenário que mantenha calma, para que possamos manter um determinado nível nas discussões das matérias em pauta.

Continua com a palavra o Sr. Deputado NILSO SGUAREZI.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço, Sr. Presidente, o que me poupa dizer que a recíproca seria verdadeira ao Deputado que levantou a questão de ordem.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Vamos ver daqui para frente, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — O objetivo desse contrato é uma pesquisa de opinião pública em que o Governo procura saber o prestígio das lideranças políticas.

Sr. Presidente, a não revelação desses dados, tornam o contrato ilegal, porquanto um objeto de lei não favorece a opinião pública do Estado do Paraná, mas sim, como tem retratado a imprensa e como consta do requerimento do Deputado Enéas Faria, apenas alguns privilegiados.

Está se afirmando no contrato e dando dotação orçamentária, que consta no próprio Orçamento, através de verba destinada a esta pesquisa. Não conseguimos entender e vislumbrar como pode um governo de um estado manter em sigilo alguma coisa que faz parte de um contrato, alguma coisa que é dinheiro do povo que está sendo empregado. Pode ter o governo a prioridade no manuseio destes dados, mas não poderá ter o governo o privilégio de conservar a si o resultado desta pesquisa. Desta maneira, estamos fugindo a verdadeira missão do Governo do Estado do Paraná, S. Exa. quer catar no seio da população uma pesquisa endereçada, e consta do próprio contrato que esta pesquisa deve se estender entre 1.800 a 2.000 eleitores do Estado do Paraná, e que as lideranças políticas reconhecida pelo próprio Governador, que é a liderança do MDB nesta Casa, a liderança da Oposição, não tenham a revelação do que pensam os paranaenses.

Existe uma gritante discriminação destes contratos. Foge o Governo do Paraná aos objetivos do próprio Governo de gerir a coisa pública com imparcialidade. Porque o contrato fica, então deturpado. Todos são iguais perante a lei, e mais do que nunca, todos os paranaenses têm o direito de conhecerem e de sentirem o que a opinião pública pensa do seu governo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Sguarezi, diz bem V. Exa. quando se refere às dotações orçamentárias do Governo para este tipo de pesquisa. No meu entendimento, se a verba é do Governo, é dotação específica, não vejo onde e como nós exigimos do Governo prestação de contas por antecipação, daquilo que é matéria pertinente ao Executivo.

No meu entendimento ainda, nobre Deputado, se o Governo que está executando uma obra que, por repetidas vezes parlamentares, até mesmo do MDB têm confessado solidariedade ao trabalho deste Governo, não vejo onde e quando possamos incriminar de fazer um levantamento, uma pesquisa de opinião pública. Concordo com V. Exa. que existem apenas 2 lideranças e talvez, não sou autorizado pelo Governo, nem sei porque não me disseram das intenções das pesquisas mas eu entendo por mim mesmo de que deve ser uma preocupação do Governo do Estado saber da opinião pública a respeito do seu Governo, saber da opinião pública, das 2 lideranças como

bem disse V. Exa., da liderança do Governo Arenista ou do trabalho do Executivo paranaense que é da ARENA, a favor ou contra.

Se a favor, o Governo vai bem, se contra o Governo no seu êxito e a da Oposição no seu fracasso.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então V. Exa. omite que só quem tem conhecimento disso é a liderança do Governo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Não, eu digo mais, nobre Deputado Sguarezi, V. Exa. no seu entendimento desejaria que houvesse uma divulgação, mas talvez o seu desejo seja intexpetiveo, talvez haja um apressamento, talvez nos dêem conhecimento da pesquisa. Devo comunicar a V. Exa. que eu sou um parlamentar da ARENA, que sou Secretário da ARENA, do Diretório Regional do Partido e ainda não recebi oficialmente esta comunicação.

Então não é um segredo ao qual estejam omitidos os Deputados Emedebistas, porque eu sou Emedebista e não recebi nada de comunicação oficial, oficiosa, do Governo, do meu Partido ou da Bancada da ARENA nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. NILZO SGUAREZI — Me permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento)

Apenas para lamentar que o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva não seja um dos privilegiados de que fala a Voz do Paraná, priveligiados que tiveram acesso à pesquisa, entre os quais o Presidente de seu Partido de âmbito regional.

Mas, respondendo a indagação de V. Exa. ou “talvez” de V. Exa., e colocou V. Exa. muito bem o termo, TALVEZ sejamos informados, devo alertar que pela cláusula quinta do contrato, isso não será possível, eminente Deputado, porque o contrato, é claro, diz a cláusula quinta (lê) “os resultados do processamento serão fornecidos ao Governo do Estado do Paraná em caráter de exclusividade e sigilo, sob a forma de relatório, contendo dados técnicos sobre a realização do trabalho, tabelas, dados obtidos, com cruzamento por sexo, classe, idade e região de residência dos respondentes, texto expositivo dos resultados alcançados”.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NILZO SGUAREZI — Diante dessa assertiva de exclusividade e sigilo, não vemos como obter este resultado, mesmo porque não vemos como fixar um termo para que seja entregue este resultado. Um aparte.

O Sr. Quielse Crisóstomo — O contrato foi feito, as cláusulas contratuais, as duas partes que estabeleceram. O contrato foi feito pelo Poder Executivo, que é quem está pagando pelo contrato. Se a adoção da cláusula de sigilo, na entrega do material ao qual, foi empreitado, é evidente que é uma prerrogativa das partes contratuais e há uma exigência da parte que paga. Quanto à divulgação posterior, após o recebimento das cláusulas, aí sim, V. Exa. poderia, se não tivesse acesso nenhuma, e, pelo que estou vendo, já teve, de divulgação ao seu bel-prazer, ou à sua maneira de divulgar e utilizar os dados pesquisados.

Porém, a exigência do sigilo com relação, talvez V. Exa. aí esteja equivocado, porque a necessidade do sigilo esteja na prioridade, na preferência do conhecimento do resultado da pesquisa que evidentemente nós temos que dar a preferência e a prioridade de conhecer pesquisa dessa natureza a quem paga por ela.

Primeiro eles, depois a quem tiver interesse. Não a nós. Que busquem a eles, dentro do seu interesse, os resultados da pesquisa. Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

A posição da nossa bancada, um posicionamento dentro da legalidade dentro das normas que informam toda a sistemática governamental.

Não podemos conceber como se possa utilizar elementos a apenas uma agremiação política.

Os Senhores sabem, os Senhores estão informados por corredores desta Casa, pelos bastidores deste Estado, circulam notícias de que este resultado já foi entregue ao Governo do Estado.

O prestigioso jornal, inclusive, retrata a opinião pública do Paraná que este dado está sendo manuseado pelo Presidente do Partido Situcionista.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Um dos itens eu fui bastante benevolente com V. Exa. e bastante liberal e bastante democrático e permiti vários apartes a V. Exa. e parece que meu tempo se esgota e V. Exa. terá condições de debater a matéria.

Então, apenas para que eu possa concluir o meu pensamento - V. Exa. terá oportunidade, no encaminhamento da votação, expor equilibradamente como V. Exa. nos solicitou, os argumentos que V. Exa. tem em defesa do seu ponto de vista.

Quero apenas dizer aos Senhores Deputados e a esta Casa que o item “F” do requerimento solicita a remessa ao Poder Legislativo - não é ao MDB - mas ao Poder Legislativo, que é um Poder que não tem sigilo; é um Poder eminentemente público e não há necessidade de se manter sigilo sobre o que pensa o povo paranaense deste Poder, do Governo do Estado do Paraná. Solicita o requerimento que se envie a este Poder Legislativo e, aí, me indago se os Srs. Deputados não querem reconhecer na autonomia, na soberania desta Casa de Leis que tem ela como integrante nata, natural, legítima, leal servidora do povo do Paraná, conhecimento desta pesquisa.

Não se requer, aqui, que este dado seja fornecido ao MDB; mas, à autonomia, à soberania desta Casa que não veste camisa da ARENA ou MDB, na imparcialidade deste Poder, na soberania dos mandatos que aqui representam o povo deste Estado, que se pede, que se indaga ao Poder Executivo, que seja entregue o resultado desta pesquisa; e, é em defesa deste ponto de vista que ousamos levantar a nossa voz, porque ela vai repercutir nos mais legítimos anseios que o povo tem, se é que existe uma democracia, de conhecer, também, a opinião do seu semelhante de seus concidadãos.

O que pensam do Governo porque, orientado desta forma, servirá ao povo.

Também, para ajudar o Governo do Estado a construir este grande Estado que queremos. Mas, um Estado em que a oportunidade de informação seja dada a todos paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Com a palavra o nobre Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O conceituado periódico “VÓZ DO PARANÁ”, editado em Curitiba, em 30 de maio, sob o título POLÍTICA, deu a seguinte notícia ao povo deste Estado:

“CRESCER A ARENA, OU DIMINUIU O MDB?

Se as eleições fossem realizadas no mês de abril, em que partido você votaria?

A pergunta feita a milhares de paranaenses escolhidos ao acaso, em todas as regiões do Estado, durante o mês passado, apresentou respostas que traduzem o quadro político

bastante diferente daquele caracterizado pela eleição de 74, quando o MDB obteve no pleito majoritário para o Senado, 62 por cento dos votos, contra 38 por cento da Arena”.

Continua a informação, agora, segundo a pesquisa encomendada pelo Governo do Estado ao prestigioso Instituto Gallup, o mesmo que faz as previsões para o Governo Norte Americano.

A ARENA está levando uma apreciável vantagem sobre o MDB, no Paraná. Respondendo àquela pergunta, 39 por cento dos eleitores, revelaram que votariam na ARENA, enquanto que 22 por cento disseram que votariam no MDB.

Os indiferentes, os indecisos, contudo, somaram 39 por cento.

Em Curitiba porém, o MDB continua levando vantagem, embora a proporção reduzida, 30 por cento dos eleitores estão a seu favor e 26 por cento revelaram que são adeptos da ARENA.

O número de indiferentes ou daqueles que preferem votar segundo as qualidades dos candidatos, independente da filiação partidária, é bastante considerável, 44 por cento. Manuseado por alguns poucos privilegiados, dentre os quais o Presidente do Diretório Regional da Arena, Afonso Camargo Neto, o relatório oferece importantes subsídios para uma análise da atual conjuntura política paranaense até certo ponto surpreendente, levando-se em conta o quadro anual de 74.

O que supreende não é a vantagem da ARENA sobre o adversário, pois na verdade a ARENA não apresentou nenhum crescimento nesses dois últimos anos. Os 30 por cento de eleitores que se declararam adeptos da ARENA certamente são os mesmos que em 74 preferiram votar em João Mansur em vez de Leite Chaves”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, segue a nota do conceituado jornal “A Voz do Paraná”, editado nesta Capital. Ocorre que nós verificamos que aqui o trabalho foi encomendado pelo Governo do Estado ao órgão destinado à feitura deste serviço. Como não poderia deixar de ser, o eminente Deputado Enéas Faria na sua profissão de fé, de representação do povo do Paraná, como um dos parlamentares mais cônscios de suas responsabilidades na ação fiscalizativa dos atos do Executivo, tomou a iniciativa feliz de, através de um requerimento formalizado a esta Casa, indagar de S. Exa. o Sr. Governador do Estado com referência sobre os contratos firmados com esta firma para um levantamento de opinião pública do Paraná.

E cujas indagações fez o ilustre Deputado, firmado e revestido de um só objetivo, o de dar conhecimento a este Poder, conseqüentemente, e de dar conhecimento ao povo do Paraná quanto esté dispendendo o Governo do dinheiro do povo para promover este trabalho de captação de opinião pública, com referência às eleições que deverão ocorrer em 15 de novembro do corrente ano.

Tanto os representantes da ARENA como do MDB acreditado, todos são responsáveis pelos interesses comuns da gente do Paraná. É a desaprovção deste requerimento. seria faltar com a própria consciência representativa, seria prevaricar o direito e a liberdade incontestável do povo em saber quanto o seu governo está dispendendo simplesmente para fazer uma prévia, uma verificação do que acontecerá nas futuras eleições de 15 de novembro.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a responsabilidade do parlamentar é igual, não pode ser mais e nem menos, seja este do Partido do Governo, seja este do Partido da Oposição; porque nós entendemos que o parlamentar não é mais, nem menos, aqui neste Poder, senão o representante do povo de seu Estado.

E é, através deste Parlamento e é através da representação aqui configurada que o povo pode saber como anda a Administração do Estado a que pertence.

Está aqui configurado o que pede o nobre Deputado Enéas Faria, cuja configuração é incontestavelmente representa-

da pela mais alta força do direito. As indagações que faz S. Exa. faz em nome do Parlamento e para o Parlamento, conseqüentemente faz em nome do povo e para o povo.

Pede S. Exa. em sua indagação as seguintes informações.

“A — Quais as razões que motivaram o Poder Executivo a efetuar tal encomenda;

B — Qual o custo do contrato? ;

C — Que órgão ou setor governamental pagou o custo do serviço? ;

D — A quem foi distribuído e quem conhece os resultados

E — Remessa de contrato de inteiro teor do documento semelhante, celebrado com a empresa realizadora da pesquisa;

F — Remessa a este Poder Legislativo, o resultado da pesquisa com todas as peças que compõem o documento que dela resultou”.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nobre e eminente Deputado Enéas Faria, não pediu em absoluto que se encaminhasse as respostas deste requerimento ao Partido da Oposição ou aos representantes do MDB deste Parlamento. Ele pediu e está esclarecido e caracterizado, que se responda a indagação ao Parlamento, para as duas bancadas, ARENA e MDB.

Porque assim pediu, porque entendeu dedir assim, o nobre Deputado?

Porque entendeu acima de tudo que as informações são exatamente para o povo do Paraná que tem o direito em todos os instantes de saber de que forma, porque meios e qual o motivo, do seu governo estar aplicando o dinheiro público que é dinheiro dele, dinheiro do povo.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Lúcio Machado, por mais inclinado que eu estivesse de votar a favor do requerimento proposto pelo nobre Deputado Enéas Faria, agora não mais teria razão de ser.

V. Exa. lê notícias de um conceituado jornal de nosso Estado que divulga tudo aquilo que de segredo tinha, que já é voz concluída, voz do povo, voz dele, voz de Deus. Se já sabemos através da imprensa, porque perdemos o nosso precioso tempo com o Governo, em solicitação de matéria já divulgada através da imprensa? Motivo pelo qual, eu já quase que antecipo minha declaração de voto, porém, acatarei se algo mais subsidiar para que eu modifique minha posição. Com relação ao dinheiro, é constante no Orçamento do Estado, matéria já examinada por esta Casa. Do mau emprego dele, nós teremos oportunidade de examiná-lo, futuramente, quando da aprovação.

Então nós não vemos porque nós, nesta tarde difícil para Curitiba e para o Estado, tão ensolarada, nós perdemos nosso precioso tempo, discutindo matéria do conhecimento popular e que inclusive já é do nosso conhecimento.

Motivo pelo qual, nobre Deputado, hoje, V. Exa. traz realmente um subsídio: o segredo do Governo, desvendado. V. Exa. lei, da tribuna, tudo o que de segredo tinha na controvertida matéria hoje, solicitada por esta Casa através de seu Partido. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Tenho a impressão que o nobre

Deputado, com toda sua inteligência, com toda sua capacidade parlamentar, com toda sua astúcia, na participação de debates que, neste Parlamento ocorrem, por profissão e por dever, não tenha sido, neste seu aparte, o poder de captação discernimento necessários.

Permita-se que lhe diga, nesta oportunidade, que, mais uma vez, vejo a imprensa, o jornal, como um espelho da democracia.

Se não fosse o anúncio, ou a denúncia efetuada através desse conceituado órgão de imprensa do Estado, talvez a este Parlamento passasse despercebido que S. Exa. o Sr. Governador do Estado, usando de um direito estatuído no Orçamento, tives-

se contratado uma organização como essa para prestar um serviço, que caracteriza perfeitamente ser mais de interesse político-eleitoreiro.

Se não fosse o anúncio caracterizado do jornal, a existência desse contrato, certamente ao eminente Deputado Enéas Faria, passaria despercebido.

E aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ocorrência, o fato, aí está o pedido configurado no requerimento, aí está a certeza de todos nós, Deputados da ARENA e do MDB, que, em respeito ao nosso próprio mandato, em respeito à própria representação a nós concedida pelo povo, deveríamos, por unanimidade, votar este requerimento de pedido de informações, de indagações, ao Sr. Governador do Estado.

Porque, S. Exa. fez o contrato dentro de uma previsão orçamentária, dentro de uma ação autorizativa anterior, naturalmente não cometeu nenhum delito.

Se o Governo não cometeu nenhum deslize ao contratar essa firma, porque então, os Srs. Deputados arenistas, porque então o Sr. líder do Governo desta Casa, temem votar o pedido de indagações?

Por que então votar contra o requerimento do Deputado Enéas Faria?

De minha parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, darei meu voto de consciência e de responsabilidade com a parcela de povo que aqui represento e procuro honrar essa representação. Votarei pela aprovação do requerimento do nobre Deputado Enéas Faria.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Continua em votação.

O SR. ENÉAS FARIA (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta não é uma arena, esta é a Casa do Povo.

Aqui só conheço uma coragem, a coragem cívica.

Porisso não pude e não sei entender a atitude da Liderança e da Bancada da ARENA, impedindo que prosperasse requerimento para votação nominal desta matéria.

Para que não se conhecesse aqueles que contra, ou a favor, votariam no requerimento de informações.

Mas, os Anais guardarão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e a consciência do povo do Paraná, já sabe de antemão que a Oposição, o MDB nesta Casa, está aqui como decorrência de sua posição e de sua atuação, para votar favoravelmente a esse requerimento.

Porque ele nada mais consubstancia do que instrumento capaz de fiscalizar os atos do Poder Executivo e é esta uma das mais altas prerrogativas deste Poder, uma das mais caras bandeiras da oposição neste Estado.

Srs. Deputados, quando redigi e propus este requerimento, não me acudiu a preocupação de conhecer por conhecer o resultado desta pesquisa. Não me preocupou a idéia de manusear dados decorrentes do relatório desta pesquisa, por um fato muito simples e corriqueiro: qualquer que seja o resultado que ele apresente, meu Partido e eu não mudaremos nossa linguagem, não mudaremos nosso trabalho, não mudaremos nossa atuação. Nossa atitude em busca da conquista da preferência popular está fundamentada na idéia de que defendemos, no programa que oferecemos, na honestidade de princípios que alardeamos pelo Paraná.

Não nos importa, portanto, saber quantos pontos acima ou abaixo está este ou aquele partido, se cresceu ou diminuiu na preferência popular a imagem do Governo do Estado, ou daqueles homens de meu Partido ou de outros partidos que estão a empolgar o povo do Paraná.

Ao MDB isso não preocupa. A nossa luta não se faz em torno de nomes, não são nomes que carregamos, A nossa defesa é das idéias. Ganhando ou perdendo eleições, não nos importa.

Porque se esse fosse um fantasma a nos perseguir, há muito já teríamos desistido, porque precisaram 10 anos para que acontecesse um 74 para o MDB e durante 10 anos sofremos derrotas, sofremos percalços, sofremos sacrifícios, mas continuamos a carregar a Nação Brasileira.

Não foi e não é esta nossa preocupação, Srs. Deputados. O que nos preocupa e continua a nos preocupar é a atitude desrespeitosa do Poder Executivo.

Srs. Deputados, isso não pode se converter numa Dinamarca. Há que haver seriedade no trato da coisa pública e esta Assembléia e este Poder Legislativo hoje, haverá de dizer ao Paraná e ao Brasil o que pretende e o que quer. Que caminho vai adotar, que rumo vai perseguir. Se o de estabelecer e consagrar o segredo e sigilo das coisas governamentais, por intocáveis, ou haverá de consagrar aquilo que já está consagrado no poder público. A coisa pública não tem segredos e os Palácios deveriam por isso mesmo, ter suas paredes de vidro, para que o povo pudesse a qualquer instante, e a qualquer momento, ver o que se passa no interior. E como não conseguiu na estrutura física que isso fosse possível, as paredes de vidro dos palácios foram transferidos para a atuação, para a vigília, para a atitude dos Poderes Legislativos. Por isso acredito, Srs. Deputados, que aqui estamos cumprindo com nosso dever.

Srs. Deputados, muitas preocupações estão a orbitar em torno do assunto. Aqui já passaram alguns oradores e muita coisa já se disse. Concordaria e concordo com todos, mas há questões que precisam ser apontadas.

A primeira delas, Srs. Deputados, com que justificativa um governo vai buscar, pagando caro, vai querer conhecer, com antecedência resultados eleitorais?

Ao Governo não é dado realizar prévias, só lhe cabe conhecer os resultados no momento que a lei lhe permite, que é 15 de novembro. Fora disto, não vejo justificativa. Se é boa ou má a imagem do Governo nem a ele mesmo deveria preocupar. Ao governo deve preocupar planificar e executar. Se esta ou aquela liderança se alteia em nosso Estado, não é preocupação do governo e nem deveria ser. Se este ou aquele partido avança na preferência popular, não deve ser preocupação do governo. Deve preocupar o governo o trabalho que precisa realizar em favor deste Estado e este Estado precisa muito deste trabalho.

Não há como justificar, nem manuseando o Orçamento, nem manuseando a legislação, não há como se justificar uma pesquisa destas, não há como se justificar um contrato deste. Andou mal, muito mal andou o Governo.

Srs. Deputados, a mim se me afigura além da gravidade deste ponto, um outro que precisa ser também alertado. Daqui alerta as Comissões Técnicas da Casa para, quando o momento chegar, proceder a análise cuidadosa deste assunto e daqui também alerto o Tribunal de Contas deste Estado, para que, no momento oportuno, saiba se pronunciar a respeito.

Como, Srs. Deputados, se autoriza o Governo a contratar o que contratou. Como, Srs. Deputados, podem vozes da bancada arenista se levantar para afirmar que o Orçamento do Estado consigna, inclusive, recursos para que se proceda este tipo de contrato.

O contrato firmado pelo Poder Executivo através da Casa Civil do Governo, estabelece na cláusula quinta: "Os resultados do processamento serão fornecidos ao Governo do Estado do Paraná, em caráter de exclusividade e sigilo".

Tenho, Srs. Deputados, a Lei Orçamentária nas mãos. Mais adiante, diz ainda: "Que a cláusula oitava estabelece que "as despesas resultantes deste contrato correrão à conta da dotação do programa 2001.0307023.2054, Consignação 3.1.3.0, sub consignação 3.130.. 3.13000021 na importância de 242 mil cruzeiros. O que diz, Senhores, a Lei Orçamentária; citada no contrato para lhes dar foro de legalidade para o pagamento à empresa contratada. Sobre o código citado, sob o título Divulgação de Atos Governamentais, coordenar e proceder as relações do Estado,

com órgãos de divulgação da União, Estados e Municípios. Proceder o relacionamento com associações privadas, a imprensa, rádio, televisão e agências oficiais, através da divulgação de assuntos de interesse do Governo e da comunidade. Planejar e executar campanhas que divulguem e mantenham o público informado, sobre o conjunto de intenções e realizações do Governo nos campos social, econômico e institucional e proceder pesquisas sobre a repercussão dos atos governamentais.

Srs. em todos os instantes a lei estabelece divulgar, divulgar, divulgar e divulgar, e o contrato estabelece, não divulgar, manter sigilo, manter sigilo, manter sigilo e manter sigilo.

Não sei como, legalmente, poderá justificar o Governo o pagamento deste contrato estabelecido pela Lei Orçamentária. As Comissões que se apercebiam, o Tribunal de Contas que se alerte e o Governo que se contenha. Srs., pouco se nos dá o resultado desta pesquisa. Lamentamos tão somente que tenha procedido mal o Governo, que tenha fundado mal o Governo. Nesta Casa já há 3 dias o requerimento. A denúncia consta de uma divulgação do jornal "A Voz do Paraná". O jornal não desmentiu e o Governo nada diz. Até agora vejo, muda e quieta, a bancada situacionista. A denúncia informa que engodando, que mentindo o Governo pagou com recursos públicos, com dinheiro do povo, uma pesquisa para favorecer um partido ou um grupo político. Proceda o Governo como bem entender, atue a bancada situacionista como bem entender, desfalcada da imprensa da televisão e do rádio, não faltará fôlego ao MDB para denunciar de canto a canto, de caminho a caminho, as impropriedades que esse Governo está realizando.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Continua em votação o requerimento do Deputado Enéas Faria.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Brasil, Terra dos Milagres. E talvez por isso, tivemos há poucos dias, a denúncia na imprensa sobre a missa negra, sobre o número de Centros de Umbanda, enfim, sobre as coisas milagrosas deste País.

Brasil, País de Milagres, da Transamazônica feita e que desapareceu, País dos Milagres, do combate à inflação, que não desapareceu; País que em 67 através do Sr. Presidente da República, Castelo Branco, dizia que a partir do ano seguinte o arcaico sistema do tabelamento de preços não existiria mais, mas continuamos a ouvir e ler sobre o tabelamento de preços; País dos Milagres, milagres dos candidatos que não podem falar, não podem dizer, não podem aparecer. É um País dos milagres, País onde um Presidente da República, usando um direito que nós defendemos, faz campanha política e ele tem todo o direito, desde que permitisse esse mesmo direito a outro partido; direito que não é permitido, pois com cães e beaguins em Pernambuco, se desmancham concentrações políticas; País admirável em que numa reunião do MDB havida há poucos dias aqui, tínhamos sempre — por uma cortesia do Governo Federal — dois policiais da Polícia Federal, a nos acompanhar sem ser pedido e sem se apresentar, é um País dos milagres.

É tão milagroso este País que eu já tenho em mãos a pesquisa que se pede, e a recebi de algum milagreiro de dentro do Palácio. Estão atrás da "Voz do Paraná", à procura, para saber quem forneceu dados àquele órgão. E é interessante que, soube eu também, que foi um Deputado do Sudoeste do Paraná que forneceu esses dados. Eu já os tenho.

Mais dia menos dia cada um trará sua interpretação, como cada um de nós temos a escalação da Seleção Brasileira. Cada um dará sua interpretação.

Mas, o importante é que se gasta dinheiro neste País para se saber o óbvio, para se saber aquilo que todos sabem, e eu tenho em mãos os dados, dados que talvez não interessem ser publicados, porque não são muito risonhos para o Governo. Não são risonhos porque talvez neste País dos milagres, estejamos sob o signo da Chave.

Ontem, ante-ontem, um Governador da ARENA, Aureliano Chaves, se alteou nas Alterosas, e briga pela estatização do fosfato de Patos. Ontem foi um outro Governador também da ARENA — o MDB não os possui — também Chaves, Aloisio Chaves, que tem a coragem de declarar que o Brasil marcha para a democratização e que há viabilidade do Presidente Civil neste País. E talvez sob o signo das Chaves, não se possa publicar esta pesquisa, porque nela diz o seguinte: "... contra 19 por cento do primeiro colocado do Partido do Governo, 35 por cento se dá a preferência popular para um dos líderes do MDB". Talvez não se possa publicar porque Secretários de Estado têm IBOPE de zero por cento. E, os Secretários de Estado que mais percentual pegaram, suplantaram o próprio Governador. E, para gáudio do homem político deste Estado, é o Secretário vindo da classe política, dizendo assim, um basta, um não à tecnocracia desenfreada. Talvez, não interesse que esta pesquisa seja publicada, porque aí nós constataríamos a mídia dos jornais deste Estado e, talvez, demonstrando que o Governo do Estado esteja errado, quando divulga seus atos.

Tenho em mãos a pesquisa. No Brasil, não se guarda segredo. Saindo de uma festa particular, entre jornalistas e assessores do Palácio, os resultados, do Paraná e de Curitiba.

Por isso, Srs. Deputados, para que tenhamos a verdade, para que não fiquemos nos boatos, peço aos companheiros da ARENA para que votem a favor deste requerimento, pois, chega de milagres, basta de ao chegarmos em casa e ouvirmos nossos filhos se é Jimmy Carter que vai ganhar a eleição ou se é Gerald Ford porque no Brasil se esconde até suas personalidades; até o Presidente da República tem seus pronunciamentos, às vezes, censurados. E nós, políticos deste País, temos que combater os segredos que se fazem em torno de nossas personalidades.

Chega de sabermos que o Instituto Gallup nos Estados Unidos dá mais percentual aos candidatos — a candidato de Presidente da República, de sermos proibidos de sabermos quem são nossos líderes. Não devemos nos entregar, companheiros; um País cuja cultura está, dia a dia, se estrangeirizando; num País que, ao comprarmos um sabonete, mandamos "royalties" para fora; num País que se diz em cirse pelo petróleo, esquecendo que os demais países já saíram dessa crise.

Um País que não tem condições de fazer cigarros, importa empresas com os benefícios e empréstimos, como foi o caso da Philip Morris, oriundo do suor do povo paranaense, e que agora usa tais empréstimos e compra a Santa Cruz no Rio Grande, que era brasileira.

Num País onde os moageiros do Paraná, tiveram preterida a sua pretensão, que foi dada aos Moinhos Santistas, também de multinacional.

Chega de segredos, porque enquanto em segredo estivermos, nós nos desnacionalizaremos.

Vamos admitir quem são os verdadeiros líderes, vamos desmistificar mas, com conhecimento. Os americanos não escondem suas lideranças.

O Sr. Gabriel Sampaio — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Sr. Deputado Deni Schwartz, não tenho conhecimento da pesquisa realizada e que V. Exa. afirma, da tribuna, que já possui. Para sanar nossa curiosidade e, para deixar de segredos, como bem V. Exa. afirmou, pediria que V. Exa. nos relatasse ou lesse desta tribuna, o resultado desta pesquisa.

Antecipadamente eu já agradeço porque sei que V. Exa. vai conceder esse privilégio.

O SR. DENI SCHWARTZ — No Paraná, 61 por cento da pesquisa, se manifestaram contra a Arena; em Curitiba, 74 por cento. Índice de popularidade dos Srs. Secretários de Estado: — Administração, zero por cento; Agricultura, 13 por cento; Educação, 16 por cento; Finanças, 3 por cento; Indústria e Comércio, um por cento; Interior, zero por cento; Justiça, um por cento; Planejamento, um por cento; Recursos Humanos, um por cento; Saúde, 19 por cento; Transporte, cinco por cento.

O Sr. Fidélino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Sr. Deputado, estão aqui dados a serem contestados, e por isso eu me lembro que nos Anais da Câmara Federal, na época getuliana, um Deputado Federal da Bahia, de posse de uns documentos também mais ou menos sigilosos, como esse, anunciava que tinha o documento na mão. Mas os opositores políticos não foram na conversa daquele Deputado e ele realmente não tinha. Foi um blefe.

E, lamento bastante não ter ocorrido hoje o mesmo aqui nesta Casa, porque poderíamos evidenciar uma transladação da história do Parlamento brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu continuo, Srs. Deputados. Sobre os jornais: "Panorama", 4 por cento; "Estadão", 4 por cento; "Folha de São Paulo", 3 por cento; "Gazeta do Povo", 6 por cento; "Frenteira do Iguaçu", um por cento; "Diário do Paraná", 3 por cento; "Tribuna do Paraná" 4 por cento e outros jornais 7 por cento.

Srs. Deputados, esses são os dados inúmeros que estão para serem contestados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Continua em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. com a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pareceu-me assistir esta tarde um conclave emedebista. Os Srs. Deputados do MDB desfilaram pela tribuna e argumentaram fazendo crer ou pretendendo fazer crer que o Governo do Estado ao pretender auferir seu trabalho junto à coletividade brasileira que povoa o Paraná, teria cometido um crime contra o povo, como se o Governo não devesse conferir seu trabalho, sentir o resultado do seu trabalho junto àqueles a quem destina a aplicação dos recursos estaduais.

O que não disse o MDB, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de que este ato foi cometido à luz do que lhe confere, do que lhe conferiu este Parlamento ao votar a Lei de Meios, em execução.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. está sofismando, nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — O que esqueceu de dizer o MDB, alto e bom som, é que não houve crime de responsabilidade na aplicação dos dinheiros públicos para levantar junto à opinião pública quais as necessidades prementes e prioritárias, no entendimento do povo paranaense, para que o Governo, atualizando-se sempre, destine para os setores carentes de recursos, somas, para resolver os problemas que ainda possam subsistir.

O que nos disse o MDB sofismando, Sr. Presidente, é de que existe uma dotação orçamentária da ordem de 19 milhões, 466 mil cruzeiros autorizada por este Poder, e entre outras coisas, depois de alinhar o principal, e depois da separação, da pon-

tualidade acrescentar: — e. . . "proceder pesquisa sobre a repercussão dos atos governamentais".

E nós hoje, estamos padecendo, porque silenciemos em respeito do que pretendíamos ouvir de mais respeitoso, e não ouvimos, incursões sobre, se nosso silêncio pudesse representar nesta Casa a convivência com um ato que não fosse digno, que não fosse legal, e que se acione como da tribuna se prometeu judicialmente ao Governo, se ele não proceder corretamente, para que o Poder Judiciário julgue os atos do Governador neste episódio. Mas, pretender, Sr. Presidente, que a bancada da ARENA, respeitosa sempre, engula as indigestas afirmações que nos forem assacadas, de que estamos a viver numa republiquetá, porque foi isso que desta tribuna pintaram, do Brasil de hoje, e nós não podemos, Sr. Presidente, deixar de reviver aqui, a época gregoriana, das restrições totais, de liberdade.

Nós não podemos, Sr. Presidente, deixar de nos referirmos aqui, às oportunidades que se deram a milhões de brasileiros, que antes dessa revolução não tinham acesso ao ensino fundamental, ao ensino médio, ao ensino superior, que se multiplicou várias vezes. E não disse desta tribuna, Sr. Presidente, nesta tarde para mim triste, porque até de ataques pessoais, é de que não se vive mais no Paraná e no Brasil, de uma agricultura subdesenvolvida e inexistente, do Poder público distante e das necessidades do desenvolvimento do aumento da produção e da produtividade, que são hoje, neste País, o testemunho deste trabalho ingente, honesto e patriótico, de um governo que quando pretende auferir sua popularidade, a certeza da sua ação governamental é execrado nesta Casa, pintado com as tintas mais negras, como se nós que participamos do Governo aqui estivéssemos para ouvir ataques sem reagirmos.

Sr. Presidente, estamos a votar uma matéria redundante, provocativa, porque se o MDB dispõe do resultado da pesquisa, como diz o eminente Deputado Deni Schwartz, possuir, para que aqui estamos a ouvir, hoje, o desfilar das argumentações que, para mim, não se fazem necessárias, porque não conheço, como não conhecia, dados anunciados da tribuna.

E o que estamos fazendo nesta Casa? Servindo Sr. Presidente, de juguete da vontade de um Sr. Deputado que deseja, provocando, nos fazer com que aprovemos um requerimento que não leva a nada, pois objetiva receber informações, que sua bancada afirma já possuir?

Sr. Presidente, quando se acusa o Governador de haver praticado uma má ação, não deixou de fazê-lo ao assinar um contrato com determinado Instituto, para realização de uma pesquisa junto à opinião pública.

E o fez, como disseram, de forma ilegal.

Que se cumpra a obrigação deste Poder e se acione o Poder Judiciário para que se responsabilize criminalmente, se crime houve. Mas que não joguem argumentos como apêndices, porque improcedentes.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Questão de ordem) Sr. Presidente, apenas para que a Mesa, se quiser consultar as notas taquigráficas, confira que o eminente líder do Governo se equivocou quando afirma que dissemos que processaríamos criminalmente o Sr. Governador do Estado.

A afirmação é que buscaríamos esse resultado se fôssemos impedidos de votar, recorreríamos ao Poder Judiciário.

O SR. IVO THOMAZONI — Leia, Sr. Presidente, as notas taquigráficas e verificará as afirmações do Deputado Enéas Faria que diz haver sido a ação governamental totalmente fora do que estipula, do que autoriza o orçamento vigente.

E não sou nenhum moleque, vim aqui para dizer que o Governo é responsável pelos atos, e que o Governo não está a esconder coisa nenhuma de ninguém. Porque todos os pedidos de informações, ou quase todos, dos Deputados do MDB, têm a

E esse pedido, agora, considerando que o Governo deva manter, para o Executivo, o resultado desta pesquisa, para que possa ele reformular o plano de ação governamental, é porque entendemos que a ele compete, tomando conhecimento do resultado da pesquisa, fazer bom uso para a coletividade paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a serenidade que parece estar hoje faltando a alguns eminentes Deputados, pretendo dizer, Sr. Presidente, que não vi em nenhum pronunciamento de qualquer Deputado do MDB, nesta Casa, qualquer palavra, ou qualquer afirmação que pudesse consubstanciar qualquer das afirmativas que acaba de fazer o eminente líder do Governo.

Se a Assembléia, hoje, assistiu a um festival do MDB porque, pela tribuna, só passaram Deputados do MDB, não nos cabe a culpa pelo motivo. Aliás, não precisa ser gasto dinheiro aqui nesta Assembléia, para se saber que cotidianamente o que ocorre é um festival do MDB. Cotejem-se os pronunciamentos, cotejem-se os projetos, cotejem-se os requerimentos, cotejem-se as atuações de bancada a bancada, e se verá, efetivamente, um festival do MDB.

Não há necessidade de pesquisa, não há necessidade de se gastar dinheiro em coisa que todos sabemos, que o MDB hoje, mais uma vez, tenha usado do expediente que usa, de discutir e dialogar, use do instrumento regimental que possibilita ao adversário de suas idéias o entrelaço do posicionamento, do debate, e do diálogo. Lamento que a ARENA tenha permanecido muda para discutir uma matéria que trouxe a esta Casa, praticamente a unanimidade de sua bancada, e só viesse a se pronunciar no encaminhamento da votação, impedindo o diálogo e o debate.

Sr. Presidente, cada um, já disse na tribuna, como bem entende. Cada um usa do expediente que pretende. Nossas afirmativas, nossos pronunciamentos aqui, foram ditos pela liderança, são indigestos ao oficialismo. Lamento, Sr. Presidente, cumprimos nosso dever de criticar e denunciar. É para isso que aqui estamos. Já estamos cerceados em outros instrumentos, mas ainda nos permitem existir no Parlamento e enquanto existirmos aqui, seremos indigestos ao oficialismo, quanto nossas atitudes.

Jamais disse que o Governo estaria incorrendo em crime de responsabilidade. Apenas chamei a atenção e alertei as Comissões da Casa, que estudassem com carinho, com zelo, com vagar o problema, à luz do que diz a lei orçamentária, e à luz do que diz o contrato assinado pelo Executivo. A afirmação é da liderança da ARENA, não minha. Apenas chamei a atenção dos Deputados que deverão, no futuro, examinar esse assunto. E volto a afirmar o que disse: o contrato não encontra ressonância na lei orçamentária. Enquanto o contrato é taxativo, e diz que se deve manter sigilo, a lei orçamentária, na parte buscada para oferecer recursos ao pagamento, estabelece claramente, textualmente, divulgação da atitude governamental.

O Sr. Ivo Thomazoni — “E divulgação”.

O SR. ENÉAS FARIA — “Com divulgação”, jamais com sigilo.

Sr. Presidente, quero crer que se até hoje fomos indigestos o MDB daqui para frente não vai mudar a situação e se mudasse, muito ganharia a Assembléia, porque aí então, estaria cumprindo sua grande missão de estabelecer o debate, o diálogo, porque não somos donos da verdade.

Queremos trabalhar, queremos esclarecer, até mesmo

opondo, mas juntos trabalhando pela grande causa que deve ser o objetivo deste Poder, que é o bem do povo do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Continua em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente.

(Lendo): “Projeto de Lei Orçamentária Anual, vigência 1976. Órgão: Governo do Estado. Unidade: Casa Civil. Código: 2001. Número de dotação orçamentária. Divulgação de Atos Governamentais. Coordenar e proceder as relações do Estado com órgãos de divulgação da União, Estados e Municípios; proceder o relacionamento com associações privadas, imprensa, rádio, televisão e agências noticiosas, através da divulgação de assuntos de interesse do Governo e da Comunidade; planejar e executar campanhas que divulguem e mantenham o público informado sobre o conjunto de intenções e realizações do Governo nos campos sociais, econômicos e institucionais, e proceder pesquisas sobre a repercussão dos atos governamentais”.

Isto basta, Sr. Presidente, para que vote a favor do requerimento do Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, é evidente que existe uma diferenciação entre as atividades parlamentares arenista e emedebista.

Enquanto nós, Deputados do Partido do Governo, temos, além do dever de atendimento popular em nossos gabinetes, a exemplo dos Deputados do MDB, somamos ainda atribuições e responsabilidades de acompanhar as obras do Executivo e delas participar em sua execução.

Os nobres e ilustres combativos Deputados do MDB, apenas se identificam e justificam suas atividades parlamentares na discussão de assuntos, nas críticas aos atos do Governo, raríssimas vezes com justiça. Para justificar uma regra, isto é, de que toda regra tem exceção, raríssimas exceções no MDB fazem justiça às obras do Governo do Sr. Jayme Canet Júnior.

Porém, disse bem o Deputado Enéas Faria, quando falou em “Festival do MDB”, nesta Casa. Nós, muitas vezes, incompreendidos pela bancada do MDB, ficamos no silêncio para que não participemos deste festival condenável como o da tarde de hoje, que se tornou um “festival de conversa fiada”.

Não viemos para cá, o povo que nos trouxe para cá não votou nas urnas para comparecermos em festivais de espécie alguma, quanto mais em “festivais de conversa fiada”.

O que estamos vendo nesta tarde, é apenas bater na mesma tecla para justificar um procedimento emedebista. É este, povo do Paraná, o procedimento do MDB “festival de conversa fiada” do qual participamos obrigados porque somos desafiados, participamos contrariados, por um dever de consciência e por obrigação para com o povo que aqui nos trouxe. Mas, pelo menos, discordamos desta maneira e deste procedimento parlamentar do MDB do Paraná.

Espero que esta Casa de Leis, formada por parlamentares ilustres das duas bancadas, não mais assista, daqui para frente, festivais como o da tarde de hoje. E mais do que isto, não queiram os nobres representantes da Oposição transformar esta Casa de Leis em “agência de fiscalização do Governo”, em “agência de correspondência” entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. É nisto que estaríamos nos transformando se acatássemos todas as reivindicações da bancada do MDB. É correspondência que vai, é correspondência que vem. Isto é um Poder Legislativo e não uma “agência de correspondência e nem uma agência de festivais”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Sr. Deputados.

Estamos assistindo uma escola nova de política. Estamos assistindo uma fase nova de política. Realmente, como disse Maurice du Verges, uma fase nova nas modernas tecno-democracias. E que os partidos políticos, aqueles que se atrelam ao cargo governamental sem nenhuma filosofia, sem nenhuma sistemática doutrinária, e nem mesmo uma inspiração de ordem maior para estribar o seu encaminhamento, sua caminhada nos regimes democráticos. O fato da ARENA ser o partido que apoia o Governo, não quer dizer, necessariamente, que ela esteja obrigada ou se obrigue a dar toda a proteção ao Governo. Isso desnaturaria a liberdade ou, faleceriam todas as prerrogativas do regime democrático. Quando o eminente, combativo, responsável líder do Governo falou, que milhões de brasileiros antes da Revolução não tinham acesso ao ensino fundamental e ao superior, por decorrência dessas locuções, por um princípio natural de inspiração e de sentimento de formação e de origem até, eu devo lembrar que não sou fruto revolucionário e de pós-revolução. Fiz todos os meus cursos gratuitamente. E hoje, nobre Deputado, pago não só para uma pessoa, e sou de família humilde e venho de gerações humildes e concorro para que parentes descendentes distantes até, galguem as Universidades e as escolas primárias, às expensas nossas, o que não ocorria antes da Revolução. Não faço isso senão para elucidar que antes da Revolução, aqui já era Brasil e antes da Revolução também, se esquece de um episódio mundial, as consequências e as mazelas que as guerras criaram, e sobretudo, a guerra que foi até 1945. Não se pode esquecer que a maior parte dos parlamentares são frutos das consequências desastrosas que as guerras criaram e se nós estamos a nos formar e se nós estamos nos formando e se nós estamos buscando o aperfeiçoamento de nossa responsabilidade, da nossa consciência social e da nossa função pública, é porque nós somos frutos de uma história sociológica e política, Srs. Deputados. Ademais, se o Governo não observa todas as suas faculdades e se não observa todos os ditames legais, como me parece, para esta Casa, não foi observada a Lei Orçamentária porque fala naquele tópico ou naquela consignação em que devem ser divulgados os atos do Governo, aquela verba seria empregada para divulgação de atos governamentais e pode se fazer pesquisa mas pesquisa de outra natureza, não de natureza política, nobre Deputado.

Eu quero aí discordar de V. Exa., e é justamente por esse motivo que vim à tribuna, também refutando as palavras de S. Exa. que lembra a época gregoriana, querendo tachar o MDB, querendo inculcar na cabeça do MDB, que caminha tranqüilamente, exercendo e exercitando sua missão parlamentar, certamente baseado na lei regimental, na lei constitucional, e por isso, pretendemos fiscalizar — que é a única coisa que restou ao parlamento brasileiro — e não vai por muito tempo, porque já há o prenúncio de uma modificação esmagadora de quem detém o Poder.

Estão a anunciar, que nas próximas campanhas eleitorais, nem a voz se poderá ouvir pelos modernos meios de comunicação. A Lei Falcão está aí para cercear também.

Então, o que podemos fazer? Podemos exercitar uma liberdade que ainda existe. Podemos pedir ao Governo que nos informe os objetivos e os resultados de sua contratação.

Gostaria que esse requerimento fosse aprovado para se dar certeza, mais uma vez, que já se duvidou do Deputado, companheiro de bancada que aqui veio e anunciou por antecipação, até com surpresa à própria liderança do MDB e também da ARENA, para que se pudesse, efetivamente, manusear os dados que aquele Instituto chegou a concluir.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhar a votação). Senhor Presidente.

Não é de meu feito o saudosismo. Entretanto, jamais a minha formação permitiu que se aceitassem as inverdades como meios ou recursos usados em auto-defesa.

S. Exa. o nobre e respeitável e inteligente líder do Governo, quis fazer crer a este Parlamento que o ensino superior na oportunidade em que vivemos, abriu as portas para o povo brasileiro. Entretanto, como acadêmico de uma faculdade, como pai de filhos que cursam a faculdade, como representante do povo que tenha sido procurado constantemente em busca de uma bolsa de estudos, mais do que nunca tenho sentido que o ensino superior deste País se tornou realmente nestes últimos anos, de portas fechadas para a maioria do povo brasileiro.

O que se cobra de taxa de matrícula, o que se cobra de anuidade nas faculdades, o que se cobra de preço de livros didáticos, nesta Nação, é o aspecto da prevaricação do desenvolvimento cultural do povo brasileiro. O ensino superior sempre houve nesta Pátria, como existe no presente, mas nunca foi tão caro e tão difícil. Nunca foi de uma imposição econômica tão violenta como em nossos dias. Esta é a grande verdade, nobre líder do Governo. E o que me admira mais, o que me encabula, como homem responsável pela verdade neste Parlamento, é que V. Exa. ao afirmar que nesta dotação orçamentária, está estribado o Sr. Governador, para o procedimento deste contrato, feito com a firma Gallup de Pesquisa e IBOPE, ao mesmo tempo que diz que vota contra este requerimento, que sua bancada votará contra esse requerimento, porque se S. Exa. o sr. Governador do Estado praticou um ato financeiro licitamente configurado na Lei Orçamentária não há motivo para que sua bancada, para que sua apresentação prevarique ou condene a oficialização do requerimento do nobre Deputado Enéas Faria.

Nós sabemos, V. Exa. sabe, toda a bancada do Governo e do MDB sabe, perfeitamente, que a configuração daquela dotação orçamentária esclarece em seu tópico divulgação de atos governamentais para conhecimento público, enquanto o privilégio desta divulgação foi, simplesmente, para o presidente da ARENA do Paraná e, se não fosse como já disse quando discutia o requerimento do nobre Deputado Enéas Faria, a divulgação feita, em tempo, pelo órgão noticioso de Curitiba, "Voz do Paraná", certamente não seria requerida essa informação contida naquele requerimento. Pediria, nesta oportunidade, uma demonstração da qualidade inegável que sempre vi nos representantes do povo do Partido do Governo nesta Casa, demonstração de civismo acima de tudo, brilhantismo, de participação, de honestidade tão pregada pelo Sr. Governador do Estado, que votassem em respeito ao próprio povo do Paraná, por unanimidade; ao requerimento do nobre Deputado de nossa bancada. E eu gostaria, que meu voto que será pela aprovação deste requerimento, tivesse a aprovação unânime dos lúdimos, honrados e inteligentes Parlamentares da Aliança Renovadora Nacional.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Para encaminhar a votação, com a palavra o nobre Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de discutir o requerimento do Deputado Enéas Faria, desejava pedir minhas escusas a elementos, ou a Deputados do MDB que conosco participam nesta luta cotidiana em favor do Paraná.

V. Exa., Deputado Enéas Faria, autor do requerimento que se discute nesta tarde, está ainda tenho certeza, bem lembrado quando da sua campanha eleitoral, principalmente pelos programas de televisão, programas estes oferecidos gratuitamente pelo Governo Federal.

O Sr. Enéas Faria — A Lei é da Justiça Eleitoral.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Eu concordo com V. Exa. que a

lei é da Justiça Eleitoral. Mas V. Exa. há de convir também, Deputado Enéas Faria, que quem aprovou esta Lei foi a Arena e não o seu Partido, o MDB.

O Sr. Enéas Faria — E como foi a ARENA, acabaram com a Lei.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) (Faz soar os tímpanos)

O SR. JURANDIR MESSIAS — Graças a Deus pelo Partido Majoritário, na Câmara Federal. V. Exa. Deputado Enéas Faria, se passam apenas 18 meses das últimas eleições e V. Exa. que sempre e quase todos os dias . . .

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra, V. Exa. para questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para conhecer da Mesa como devo proceder. O Deputado Jurandir Messias, em encaminhamento de votação. . .

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está com a palavra, pela ordem, o Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu só quero conhecer o procedimento que eu devo adotar e que a Mesa me esclareça, porque em encaminhamento de votação eu não posso apartear o eminente Deputado. Como o Deputado me dirige algumas interrogações...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Se o Deputado dirige interrogação a um outro Deputado, seu colega, esse seu colega interrogado terá direito, mesmo sem apartes, a responder.

O SR. ENÉAS FARIA — Pelo que entendo o Deputado Jurandir Messias esperou que concluísse meu pronunciamento, me visse impossibilitado de falar, para agora vir digirir interrogações que eu não posso responder. É isto.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) V. Exa. está entendendo mal.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Nobre Deputado Enéas Faria, se V. Exa. se julgar prejudicado poderá pedir a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa está respondendo questão de ordem. Se o ilustre Deputado Jurandir Messias indagar do ilustre Deputado Enéas Faria, se quiser a resposta, e conceder, a Mesa a liberará.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Não estou indagando, Sr. Presidente, Estou afirmando.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Então não há indagação, Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço Sr. Presidente, o pronunciamento da Mesa e o esclarecimento que me faz o Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Continuando, Sr. Presidente, eu dizia que o ilustre Deputado Enéas Faria ainda deve ter perfeitamente gravado porque se passam apenas dezoito meses das últimas eleições, quando V. Exa. comparecia aos programas de televisão.

E, faço questão, Sr. Presidente, de fazer uma ressalva porque não me refiro, neste momento, a todos os Deputados do MDB. Refiro-me exclusivamente ao autor do requerimento, Deputado Enéas Faria. V. Exa. disse, quando na tribuna defendia o vosso requerimento, que vosso Partido e V. Exa. enfocou naquele momento, o Partido do qual V. Exa. pertence. . .

O Sr. Enéas Faria — Ao qual pertengo.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Mas eu discordo porque V. Exa. quando prometia e garantia principalmente ao povo desta Capital, e ao povo do Paraná, que se eleito traria a todos eles melhores dias, melhores horas e que conseqüentemente traria a baixa do custo de vida para todos vocês.

E eu hoje, aproveitando ainda o vosso requerimento que está em pauta. . .

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Enéas Faria.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, eu estava na vez, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Perdoe-me. Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, só para esclarecer primeiro e só para indagar de V. Exa. o artigo do Regimento, enquanto eu cito o meu, 150, das atribuições do Presidente. E o Deputado Enéas Faria, que esclarecesse e determinasse o artigo do Regimento Interno para invocar a palavra, pela ordem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) O Artigo que V. Exa. citou está no parágrafo segundo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Sr. Presidente, sem tentar prejudicar e pedindo escusas ao nobre orador que me antecedeu, queria fazer um apelo a V. Exa., que o tratamento da Presidência fosse equânime, com as duas bancadas.

Porque já não é a primeira vez que, em debates cruzados, V. Exa. pede a colaboração somente dos parlamentares da ARENA.

Nós, hoje, fomos atacados diversas vezes por Deputados do MDB. Pediríamos a V. Exa. que também solicitasse a colaboração do MDB.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). V. Exa. não levantou Questão de Ordem.

V. Exa. está querendo me levantar contra minha própria bancada.

Minhas decisões são sempre no sentido de resguardar este Poder. Toda vez que tenho presidido a sessão tenho procurado evitar ataques entre os dois partidos, para não criar animosidades que possam perdurar depois de passada a votação da matéria.

A Presidência desta Casa tem procurado evitar discussões, algumas estérteis que venham trazer animosidade.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, devido a exigüidade do tempo, não poderei me aprofundar na matéria. Mas, para encerrar, apenas quero lembrar a esta Casa que o Sr. Governador com o dinheiro do povo, dinheiro por ele aplicado na realização de obras, passe também pelo crivo e pela fiscalização do Tribunal de Contas, e lá também não é um só, mas são inúmeros juízes. E eu lhes pergunto, será que aqueles juízes tam-

bém não conhecem a lei, também serão omissos para aprovar contas ilegais? Então não é só este Poder, não é só a Assembléia Legislativa do Paraná que tem a obrigação de fiscalizar o dinheiro aplicado pelo Governo do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso que não era meu propósito vir discutir esta matéria, isto porque a nossa liderança, evidentemente sentindo o pensamento e o comportamento de seus companheiros de bancada, externou muito bem aquilo que poderiam dizer os Srs. Deputados da bancada da ARENA. Todavia, Sr. Presidente, o que temos notado, é que efetivamente neste desfile que temos presenciado nesta tarde, de Deputados que ocupam a tribuna para tratar a respeito de um requerimento que está em votação, temos notado, isso sim, é que se tem procurado, na verdade, buscar outro caminho e fazer várias acusações.

Há poucos instantes, o eminente Deputado Jurandir Messias fazia o seu pronunciamento, dizia aquilo que ele sentia, quando, inclusive, por determinação da Presidência, a suspensão das afirmações de S. Exa. das notas taquigráficas, foi determinada pela Presidência da Casa.

Estranhou o Deputado Quielse Crisóstomo e eu senti até onde quis chegar V. Exa., porque o Deputado Quielse Crisóstomo certamente, Sr. Presidente, estava também lembrando daquilo que nós nos lembrávamos e que procuramos silenciar, procuramos evitar tumultuar, procuramos evitar que passassem para uma polêmica as expressões que, honestamente, não entendi porque as disse o Sr. Deputado Enéas Faria, ao fazer alusão a cotejamento de pronunciamentos e de atuação de Deputados nesta Casa Legislativa. Entendo, Sr. Presidente, que também nas suas afirmações haja, indiscutivelmente uma "Capitis diminutio".

Na verdade, se fôssemos analisar a presença de Deputados na tribuna, se o Deputado vai à tribuna para ler cartinhas, para negar tudo, apenas para criticar sem construir, sem trazer qualquer objetivo no sentido de colaborar para que o Governo possa executar suas obras; se o Deputado vai à tribuna para reclamar sua falta de liberdade, quando tem liberdade, inclusive para atingir com críticas agressivas ao próprio Governo Federal, passo a não entender que essa seja realmente uma atuação de Deputado, que possa ser cotejada para saber-se o valor do Deputado, ou qual aquele que fala mais ou fala menos.

Há poucos instantes, Sr. Presidente, ouvi o Deputado Fidelcino Tolentino falar a respeito dos Deputados que estão atrelados ao carro do Governo e que não buscam outra inspiração doutrinária, quando sabemos também, e poderíamos dizer se quiséssemos, e acredito até com muita justiça, que o MDB também estaria atrelado ao carro da Oposição, não admitindo, inclusive, que os seus Deputados pensassem de maneira diferente, como já temos prova nesta Casa, quando um Deputado da Oposição se levantou para defender o AI-5, o seu Partido que combate esse ato, pediu sua expulsão e deseja mesmo sua cassação.

São fatos dessa natureza que passo a não entender, quando discutimos um requerimento que foi bem argumentado pela liderança de nossa bancada. Lembro-me que quando da última campanha eleitoral e que a Oposição começou a pregar foi, efetivamente, isto o voto do "não", da "negação". E, até hoje, passado tanto tempo vemos a mesma negação.

O que temos sentido na grande maioria, evidentemente disse bem o Deputado que me antecedeu que em toda regra há exceção, mas na grande maioria o que temos sentido e presenciado é, tão somente, a negação. A negação a tudo. Ninguém procura dizer ou lembrar as obras extraordinárias dos governos quer na esfera federal, quer na esfera estadual, apenas, e tão somente, negar-se, apenas, e tão somente, criticar-se, apenas, e

tão somente, criar-se aquele ambiente hostil, aquele ambiente que, efetivamente, não convém para quem pensa, realmente, em trabalhar em benefício deste Estado e desta Pátria.

Fiz este pronunciamento, Sr. Presidente, porque entendo que, lamentavelmente, nesta sessão de hoje caminhamos, mais uma vez, por rumos que não nos levam a coisa nenhuma, que não nos levam a trazer uma colaboração mais efetiva, nós que, realmente, pretendemos e defendemos a paz, a ordem, a harmonia para que este País possa continuar na extraordinária caminhada iniciada com a Revolução de 64. — (Muito bem).

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que requerer é um direito dos parlamentares, é um direito que está previsto na própria Constituição. Tanto o Deputado da Oposição tem o direito de requerer como o Deputado da Situação.

Expôr o seu pensamento é um direito da Oposição, é um direito da Situação.

Vemos, entretanto, que quando requerimentos desta natureza, que é para saber do Poder Executivo o seu comportamento na aplicação dos dinheiros públicos, oficialmente e não através de órgãos oficiosos, saber através do Poder Público responsável pela guarda do dinheiro do povo, requerimento como este que não tem objetividade, que é intempestivo, vemos a bancada da Situação comparecer aqui maciçamente com o propósito deliberado de derrotar o pedido.

Pois bem, quando encaminhamos matéria neste sentido, solicitando uma informação, que é direito do Poder Legislativo, não há interesse da Situação, que não quer que este pedido chegue ao Poder Executivo para que transmita ao Poder Legislativo, como é do seu dever, da sua responsabilidade e obrigação, com responsabilidade criminal até na sua omissão. Nestas ocasiões a bancada da Situação se levanta para criticar a bancada da Oposição, como se a bancada da Oposição não tivesse nenhum direito de debater as matérias, de requerer, de apresentar proposições.

Nós, Sr. Presidente, estamos convencidos de que o requerimento tem objetividade. Não estamos acostumados a vir à tribuna para debater agressivamente. Temos vindo à tribuna somente quando vemos que a matéria é de interesse do povo. Matéria como esta eu entendo, na minha responsabilidade de defender dos interesses do povo nesta Casa, que é de interesse, exatamente, para que possamos ter conhecimento do comportamento do Poder Executivo com relação a aplicação desse dinheiro. Entendo, também, que não há necessidade do Poder Executivo ir saber, através de uma pesquisa desta natureza, como está sendo recebido o seu trabalho administrativo pela opinião pública. O Governo que realize as obras previstas na Lei Orçamentária e na sua programação. Se as obras forem realizadas com segurança, com objetividade e que vão, exatamente, ao encontro do povo acredito que não haverá qualquer crítica da Oposição. Nós, como V. Exas. têm visto, muitas vezes temos elogiado o Governo quando pratica bons atos administrativos, e criticamos também quando o mesmo se omite e quando não desenvolve a administração do interesse da coletividade. Nós, Sr. Presidente, queremos externar aqui, o nosso apoio ao requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em votação o requerimento. Para encaminhar, tem a palavra o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, tão somente em respeito ao eminente orador que vai iniciar a palavra no encaminhamento da votação, e para que não seja interrompido e para que não se perca na argumentação, solicitaria, desde que nos faltam apenas, no meu relógio, oito

minutos para o término da sessão, que se vote anteriormente à concessão da palavra ao eminente Deputado Daros, o pedido de prorrogação da sessão que já está em mãos da Presidência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni que requer, na forma regimental, que a sessão seja prorrogada pelo prazo de 2 horas. Em votação. Os Deputados que aprovam queiram levantar-se. Está **aprovado**.

Tem a palavra, o nobre Deputado, para encaminhamento da votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Tão somente para, neste final de sessão praticamente, dizer que, até agora, desfilaram pela tribuna da Assembléia, Deputados dos dois partidos, escutei atentamente, vi Deputados do meu Partido em defesa do requerimento do Deputado Enéas Faria, vi também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns Deputados da ARENA se referirem à negação que o MDB vem, neste Legislativo, dando ao Executivo. Ouvi também, Sr. Presidente, outro Deputado da ARENA, falar em alto e bom som que estávamos falando fiado. Que aqui dentro deste Poder, estávamos, hoje, discutindo um requerimento que nada valia e que nada vale.

No meu entender é justo e necessário que se saiba desta pesquisa, mesmo porque, o Governo está aplicando mais de 200 mil cruzeiros para pagar este Instituto. No nosso entender, de uma dotação orçamentária da qual o Governo não poderia usá-la para este tipo de serviço. Apenas para encerrar, creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a sessão de hoje demonstrou perfeitamente aquilo que o Governo Federal vem demonstrando em toda a sua plenitude quando não nos dá o direito, aqui, de sabermos uma pesquisa realizada pelo nosso Governo. Não sabemos da opinião do nosso povo. Comparo, Sr. Presidente, Senhores Deputados, aquela ação do Governo Federal que retira do MDB e da ARENA também, é verdade, o direito de, no rádio e na televisão, como em 74, não dizer palavras fiadas, mas ir lá mostrar a realidade brasileira. Talvez se esta realidade brasileira dita em 1974 fosse palavra fiada, o resultado aí está: 14 milhões de brasileiros acreditavam nas palavras fiadas.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Pela ordem, tem a palavra o Senhor Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para lembrar, Sr. Presidente, ele está se referindo à minha pessoa, e eu estou cerceado de fazer apartes com relação ao seu pronunciamento. Então, aproveitando, só para dizer, só para lembrar.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados, para lembrar que as palavras fiadas da eleição de 74 foram aceitas por 14 milhões de brasileiros, contra 10 milhões que não as aceitaram. Mas, Sr. Presidente, o resultado desta pesquisa nós veremos, veremos com certeza, Sr. Presidente, no dia 15 de novembro deste ano. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão. — **Rejeitado**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 183/75, 20/75 e 21/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 201/75, 79/76, 98/76 e de Lei nº 45/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 103/75, 25/76, 33/76 e 37/76.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 4, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nº 42/76 e de Lei nºs 76/74, 188/74, 7/76, 18/76 e 39/76.

A Presidência lembra ainda que haverá uma sessão extraordinária amanhã, dia 3, quinta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 174/76.

Levanta-se a Sessão.

ATA DE COMISSÃO:

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR AS DESPESAS DO GOVERNO DO ESTADO, INCLUSIVE AUTARQUIAS E SOCIEDADES DE ECONOMIAS MISTAS E EMPRESAS PÚBLICAS, COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.

Às dezessete horas do dia vinte de maio de um mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro" e presentes os senhores Deputados Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso, Dácio Leonel de Quadros e Werner Wanderer, indicados pela liderança da ARENA e Deni Lineu Schwartz, Trajanos Bastos e Waldenício Barbalho, indicados pela liderança do MDB, instalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as despesas do Governo, inclusive autarquias e sociedades de economias mistas e empresas públicas, com divulgação e publicidade. De acordo com o Artigo 40 do Regimento Interno, assume a presidência o senhor Deputado Waldenício Barbalho. Usando a palavra, pela ordem, o deputado Trajano Bastos, pergunta se a Comissão adotará para a eleição do Presidente e Relator Geral o mesmo critério que segue a Câmara dos Deputados, qual seja que um dos cargos deve ser preenchido pelo autor do requerimento. A pergunta foi debatida pelos Senhores Deputados Ivo Thomazoni, dizendo que o nosso Regimento Interno não prevê tal critério, ao passo que o Deputado Deni Schwartz diz que em caso de prevalecer tal norma, abrirá mão de qualquer dos cargos em favor do Deputado Waldenício Barbalho e argumenta sobre a necessidade de seguirmos algum critério. Com a palavra pela ordem, o Deputado Basílio Zanusso, indica o Deputado Dácio Leonel de Quadros para a Presidência da Comissão. Em seguida procedeu-se a eleição do Vice-Presidente, que coube ao Deputado Werner Wanderer, pois os senhores Deputados, indicados pelo MDB, não aceitam o cargo, tendo em vista que não se adota nenhum critério para a eleição. O senhor Presidente proclama eleitos, o senhor Deputado Dácio Leonel para Presidente da Comissão, para Vice-Presidente o Senhor Deputado Werner Wanderer. O Senhor Presidente, Deputado Dácio Leonel de Quadros designa como Relator Geral da Comissão, o Senhor Deputado Ivo Thomazoni e designa ainda o funcionário desta Assembléia Legislativa, Senhor Francisco Dranka, para, sem prejuízo de suas atuais funções e atribuições na Comissão de Planejamento de Compras e Tomada de Preços, servir como Secretário Geral desta Comissão. O Senhor Presidente convoca a próxima reunião para o dia 26 próximo, às 9,00 horas para começar os trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, após agradecer a honra que lhe foi conferida pelos seus nobres pares, para Presidir esta Comissão Parlamentar de Inquérito, declara encerrada a presente sessão de Instalação, da qual, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

(aa) DÁCIO LEONEL — Presidente

Francisco Dranka — Secretário